

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**
Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2008.
Área Temática: Política de crédito

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Agricultores fazem festa para anúncio de medidas – Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 01/07/2008	5
Amazônia: 10 mil perderão 'crédito verde' – O Globo – Capa – 01/07/2008	6
Donos de terra na Amazônia ficarão sem crédito – Evandro Évoli – O Globo – O País – 01/07/2008.....	6
Ministério do Trabalho resgata 250 pessoas em usina de GO – Sítio Eletrônico da Contag -01/07/2008	7
R\$ 397 milhões para assistência técnica e extensão rural - Sítio Eletrônico do MDA - 01/07/2008.....	8
60 mil tratores e 300 mil implementos para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 01/07/2008	9
Mais Alimentos, um plano da agricultura familiar para o Brasil – Sítio Eletrônico do MDA - 01/07/2008	11
CMN decide flexibilizar restrição de crédito na Amazônia - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 01/07/2008.....	13
Governo proíbe crédito a dez mil propriedades irregulares - Maurício Thuswohl – Agencia Carta Maior – 02/07/2008.....	14
FETRAF-SUL ESPERA MAIOR INVESTIMENTO AGRICULTURA FAMILIAR 16 - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 02 de julho de 2008.....	16
Stephanes: linha de investimento aumentará produção sem avançar na Amazônia – Sítio Eletrônico do Mapa – 02/07/2008.....	17
Crédito rural sobe 217% em cinco anos – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/07/2008.....	17
Governo amplia os subsídios ao campo - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2008	19
Fetrafsul participa de Lançamento do Programa Mais Alimentos em Brasília – Sítio Eletrônico da Fetraf – 03/07/2008.....	20
Plano agrícola prevê que próxima safra cresça 5% - Dimitri Valle – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/07/2008.....	22
Faltou ousadia para o governo, avalia o setor – Gitânio Fortes e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/07/2008.....	24
Lula defende a renegociação da dívida "sem penduricalhos" e ataca críticos – Dimitri Valle – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/07/2008	25
Lula libera R\$ 65 bi para grande produtor rural – Ana Paula de Carvalho – O Globo – Economia – 03/07/2008.....	26
Política agrícola tem avanços, mas insiste em subsídios - Valor Econômico – Opinião – Editorial - 03/07/2008.....	27
Plano de safra expõe temor com inflação - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 03/07/2008	28
Um plano de safra realista – Estado de São Paulo – Notas e Informações - 04/07/2008..	31
Agricultura familiar só vai receber R\$ 1 bi a mais – Fabíola Salvador e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 04/07/2008	32
Presidente lança o 'Mais Alimentos' em Brazlândia – Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 04/07/2008	33
Fetrafsul avalia o Plano Safra 2008/2009 – Sítio Eletrônico da Fetraf – 04/07/2008	33

Lula lança plano agrícola - Luiza Damé e Chico de Góis – O Globo – Economia – 04/07/2008.....	35
Pronunciamento do ministro sobre o Mais Alimentos – Sítio Eletrônico do MDA - 04/07/2008.....	36
Lula: vamos produzir mais alimentos para o Brasil e o mundo – Sítio Eletrônico do MDA - 04/07/2008	39
Governo confirma plano para turbinar agricultura familiar - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 04/07/2008.....	42
Após 15 anos da CPMI do Endividamento, tema continua atual - Sítio Eletrônico da CNA - 08/07/2008	43
Banco do Brasil anuncia aumento de 25% no volume de recursos a agricultor – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008	46
BB tenta "massificar" hedge em 2008/09 - Azelma Rodrigues – Valor Econômico – Agronegócios - 08/07/2008	46
Cassel apresenta Mais Alimentos no Senado – Sítio Eletrônico do MDA – 09/07/2008	47
"Mais Alimentos" estimula setor de máquinas agrícolas - Sérgio Bueno – Valor Econômico – Agronegócios - 09/07/2008.....	48
Crédito escasso acentua a concentração na soja – Valor Econômico – Agronegócios - 10/07/2008.....	49
Para agricultura familiar, pacote de crédito é pouco – Adriana Fernandes e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 13/07/2008.....	50
Nem todos são como os Kubota – Adriana Fernandes e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 13/07/2008	52
'Setor está longe da produtividade' – Fabíola Salvador e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo -Economia e Negócios - 13/07/2008.....	52

Segunda Quinzena

Bancos especulam com linhas do BNDES – Raquel Balarin – Valor Econômico – Opinião - 16/07/2008.....	54
Raquel Balarin é editora especial em São Paulo. Cristiano Romero, titular da coluna às quartas-feiras, está em férias Governo fará acordo com bancos para cortar crédito de desmatadores – Paulo de Tarso Lyra - Valor Econômico – Agronegócios - 16/07/2008	55
Cartilha orienta agricultor para renegociação de dívidas – Sítio Eletrônico do MDA – 17/07/2008.....	57
Votação de MP de dívidas rurais ficará para agosto – Valor econômico – Agronegócios - 17/07/2008.....	58
Governo deve ampliar plano de renegociação - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 18/07/2008	58
Plano Safra destina R\$ 2,6 bilhões para agricultura familiar do Rio Grande do Sul – Sítio Eletrônico do MDA – 23/07/2008	59
Capacitação em créditos do Pronaf e da Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MDA – 25/07/2008.....	60
Governo anuncia R\$ 1,7 bilhão para pesca - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Agronegócios - 28/07/2008	61

Produtor não tem acesso aos financiamentos oficiais - Sítio Eletrônico da CNA - 29/07/2008.....	63
Bancos financiam operações de custeio do Plano Safra 2008/09 – Sítio Eletrônico do MDA – 30/07/2008.....	64
BNDES liberará recursos pelas regras da safra 2007/2008 - Sítio Eletrônico da CNA - 31/07/2008	66

Agricultores fazem festa para anúncio de medidas – Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 01/07/2008

Se depender dos produtores rurais filiados à Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) e da vontade dos governos federal e estadual, será uma grande festa o anúncio do Plano de Safra Agrícola e Pecuário 2008/09, amanhã, em um centro de eventos recém-inaugurado no campus da Universidade Positivo (Unicenp), em Curitiba.

Dos 1.300 lugares pelo menos 800 devem ser ocupados por médios e grandes produtores do Estado. O evento está marcado para as 10 horas e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve voltar logo depois para Brasília.

Apesar de o plano do governo também prever recursos para a agricultura familiar e assentados da reforma agrária, os representantes desses setores devem ficar fora da festa. Até ontem, o Movimento dos Sem-Terra (MST), que reúne assentados, e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), associação de pequenos agricultores familiares, não haviam se mobilizado para ocupar um espaço no centro de eventos.

O vice-presidente da Fetaep e diretor de Política Agrícola do órgão, Mário Plefk, disse que não houve mobilização da categoria para o evento. A previsão é que a festa curitibana contemple mais os empresários, enquanto os pequenos agricultores tornem-se o foco principal em evento no dia seguinte, em Brasília. “Como não é um lançamento da agricultura familiar não estamos nos mobilizando.”

Plefk acredita que o volume destinado à agricultura - R\$ 13 bilhões - familiar poderia ser maior. “Os grandes necessitam de recursos, mas os pequenos também produzem alimentos básicos”, afirmou. “Mas, de qualquer forma, estamos satisfeitos.” O principal objetivo do novo plano é ampliar a oferta de alimentos no mercado interno, numa tentativa de controlar a alta de preços.

Acredita-se que com os R\$ 65 bilhões destinados à agricultura empresarial será possível ampliar em 5% a 6% a produção na safra 2008/09 ante a atual, estimada em 142,6 milhões de toneladas. O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Edílson Guimarães, apresenta hoje, em Curitiba, detalhes do novo plano.

Na semana passada, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, havia citado que dois itens do plano devem beneficiar ainda mais os agricultores. Um deles é a criação de uma linha de crédito para recuperação de áreas degradadas e melhoria de pastagens, com taxa de juros de 5,5% ao ano. Essa linha deve receber recursos que totalizam R\$ 1 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O segundo é um programa de modernização da pequena propriedade, com juros de 2% ao ano.

Amazônia: 10 mil perderão 'crédito verde' – O Globo – Capa – 01/07/2008

Pela resolução do Banco Central que entra em vigor hoje, só 3 mil proprietários de terras em 36 cidades da Amazônia estão com registro regular e terão direito a crédito público e privado. Outros 2 mil casos estão em análise, e 10 mil terão crédito vetado. Página 9

Donos de terra na Amazônia ficarão sem crédito – Evandro Évoli – O Globo – O País – 01/07/2008

BRASÍLIA. Entra em vigência hoje a resolução do Banco Central que impede acesso a crédito público e privado de proprietários rurais na Amazônia com Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) suspenso ou irregular. Esse documento é o mais importante registro de imóvel rural, feito junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A partir de hoje também se complica a situação de cerca de dez mil proprietários dos 36 municípios daquela região que mais desmataram e que, até ontem, não se recadastraram.

Dos 15.400 proprietários dessas 36 cidades — cujas terras têm tamanho acima de quatro módulos fiscais (em média 350 hectares) — apenas 3.080 estão com situação regular. Outros dois mil processos estão sob análise. E cerca dos dez mil restantes estão impedidos, a partir de hoje, de pegar empréstimos em instituições bancárias.

Segundo Incra, há 540 mil imóveis rurais na Amazônia. O certificado de cadastro, o CCIR, é obrigatório para qualquer operação com imóvel. Não apenas para o acesso a crédito mas também a operação de venda, arrendamento, hipoteca ou desmembramento. O diretor de Estrutura Fundiária do Incra, Richard Trosiano, disse ontem que ainda não se sabe quantos proprietários em toda a Amazônia estão com a situação irregular.

Esse bioma atinge 535 municípios ao todo. Da Amazônia Legal, que contém vários biomas, a base de cadastro do Incra registra 540 mil imóveis rurais.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Rui Prado, criticou a resolução do Banco Central e previu que o impedimento de agricultor a ter acesso a dinheiro público vai gerar inflação e aumento nos preços dos produtos.

— Quando você cerceia o crédito, estrangula a produção e os preços aumentam; por conseguinte, estimula o ilegal. Sem investimento, o produtor avança na floresta. O agronegócio é o setor do campo que mais precisa de crédito para produzir. Vai ter inflação — disse Prado.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Assuero Veronez, disse que a resolução é “desastrosa”.

Ele também disse que a medida vai gerar aumento de preços.

— A culpa é exclusiva do poder público, que não regularizou antes essas terras e, agora, confundiu proteção ao meio ambiente com questão fundiária — disse Assuero.

“As regras vieram para ser duras”, diz diretor do Incra Trosiano explicou que os donos de imóveis rurais sem cadastro atualizado, ou com alguma outra pendência no Incra,

poderão procurar as superintendências do Incra no estado e buscar a normatização, apresentando cópias de documentos pessoais, do imóvel e a planta de localização da terra.

— As regras vieram para ser duras com quem não quer se legalizar, e justas com quem quer andar na lei — disse Trosiano.

Inpe não divulga índices

Minc já informou que desmatamento cresceu

SÃO PAULO. O levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) sobre o desmatamento na Amazônia Legal em maio, encaminhado ao governo federal há duas semanas, não está sendo divulgado. Semana passada, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que os índices continuavam crescentes, mas frisou que não poderia divulgá-los.

O Inpe é uma unidade do Ministério da Ciência e Tecnologia e informou que a divulgação depende de autorização da pasta.

Os números também não foram divulgados aos assinantes cadastrados no endereço eletrônico do instituto para o sistema Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) até ontem à noite. A assessoria do Ministério da Ciência e Tecnologia não soube informar o motivo. As informações do sistema Deter são analisadas mensalmente e servem ao Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia desde 2005.

Ministério do Trabalho resgata 250 pessoas em usina de GO – Sítio Eletrônico da Contag -01/07/2008

Fiscais do Ministério do Trabalho resgataram 250 trabalhadores em condições consideradas degradantes em uma usina de cana no interior de Goiás. Segundo o ministério, um aliciador de mão-de-obra descontava do salário dos trabalhadores da unidade o dinheiro destinado à alimentação. Eles trabalhavam no corte de cana.

As inspeções na usina, localizada na cidade de Porteirão (297 km de Goiânia), começaram há três semanas. Na última sexta-feira (27), os fiscais concluíram os trabalhos e incluíram 250 empregados da unidade em um grupo que teve o contrato rescindido porque esteve submetido a condições degradantes.

O Ministério do Trabalho diz que os trabalhadores também viviam em alojamentos precários. Cada resgatado deve receber hoje uma indenização dos donos da usina. De acordo com a pasta, a maior parte dos trabalhadores era do Maranhão, onde foi contratada por um "gato"--aliciador de mão-de-obra. Eles aguardam o recebimento das indenizações em alojamentos em Porteirão para voltar a suas cidades de origem.

A usina onde foram feitas as fiscalizações é a Fortaleza Açúcar e Álcool. A Folha procurou, por telefone, a administração da empresa no final da tarde de ontem, mas ninguém foi encontrado para comentar o caso.

No começo do mês, ações do grupo móvel do ministério encontraram 119 trabalhadores em condições consideradas análogas à escravidão em usinas de cana no interior de São Paulo e de Minas.

R\$ 397 milhões para assistência técnica e extensão rural - Sítio Eletrônico do MDA - 01/07/2008

Os investimentos do Governo Federal em assistência técnica e extensão rural (Ater) para a agricultura familiar vão dar um salto com o [Plano Safra Mais Alimentos](#), que será lançado nesta quinta-feira (3) em Brasília pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Na safra 2008/09 serão destinados para as ações de Ater R\$ 397 milhões, contra R\$ 168 milhões na safra 2007/08. Além do aumento dos recursos, a rede no campo será ampliada de 20 mil para 30 mil técnicos.

A assistência técnica para a agricultura familiar também receberá maior investimento em tecnologia e em pesquisa, o que permitirá aos agricultores familiares mais produtividade e renda com o desenvolvimento de processos produtivos sustentáveis. Isso será possível graças as parcerias entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) e as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emateres). Tecnologias existentes chegarão às propriedades e aos agricultores, aliando o conhecimento técnico ao conhecimento do agricultor.

Agricultura familiar - A agricultura familiar responde por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e 85% dos estabelecimentos rurais do País são familiares. É neste cenário que está inserida assistência técnica e extensão rural. Em 2003, o número de agricultores familiares atendidos era de 106 mil, com recursos de R\$ 5,4 milhões. Com o Plano Safra Mais Alimentos, os recursos chegam a R\$ 397 milhões, e os serviços de Ater vão beneficiar 2 milhões de agricultores.

Lançamento do Plano Safra Mais Alimentos

Data – quinta-feira (3/07)

9h30 – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Guilherme Cassel visitam uma propriedade rural no Distrito Federal, onde será assinado o primeiro contrato do Plano Safra Mais Alimentos. O evento será na propriedade do agricultor Fernando Kubota, no Núcleo Rural Chapadinha, em Brazlândia (DF).

11h – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Guilherme Cassel visitam a mostra de equipamentos e implementos agrícolas financiados pela linha de crédito Mais Alimentos. A mostra será montada na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Museu Nacional da República.

11h30 – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Guilherme Cassel participam do lançamento oficial do Mais Alimentos e do Plano Safra Mais Alimentos, no Museu Nacional da República.

60 mil tratores e 300 mil implementos para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 01/07/2008

Os agricultores familiares brasileiros contarão, a partir desta quinta-feira (3), com um novo incentivo para aumentar a produtividade e a produção de alimentos. Durante o lançamento do [Plano Safra Mais Alimentos](#), em Brasília, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, serão assinados termos de cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) que garantem descontos de até 17,5% nos preços de tratores, máquinas e implementos agrícolas. A meta é comercializar 60 mil tratores e 300 mil máquinas e implementos agrícolas até 2010.

A comercialização será feita por meio da linha de crédito Mais Alimentos, que prevê empréstimo de até R\$ 100 mil para investimento na infra-estrutura produtiva da agricultura familiar, como compra de máquinas e equipamentos, correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares e sistemas agroflorestais e melhoria genética. O produtor que acessar a linha de crédito terá prazo de até dez anos para pagamento, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano. No safra 2008/09, esta linha de crédito será contemplada com R\$ 6 bilhões.

Valores expressivos - O vice-presidente da Anfavea, Milton Fernando Rego, destaca que o acordo envolve “valores expressivos, com reflexos em toda a cadeia produtiva, dos fornecedores de equipamentos às concessionárias”. Hoje, a indústria nacional produz entre 70 mil e 80 mil máquinas agrícolas/ano e tem capacidade para produzir 105 mil.

Milton Fernando Rego destaca que a agricultura familiar é fundamental na oferta de alimentos, principalmente para o mercado interno, cuja a demanda está em expansão. “O governo tem que ter uma rede de proteção à agricultura e isso passa pelo aumento da produção. E o setor que mais precisava era a agricultura familiar”. O vice-presidente da Anfavea afirma que o aumento da demanda por alimentos no País será suprido pela agricultura familiar.

Já o presidente da Abimaq, Luis Aubert Neto, ressalta a importância dos implementos para a produtividade da agricultura familiar. "A área agricultável no Brasil cresceu 25% e a produtividade em 130%. Isto é um bom sinal. Para o agricultor familiar é fundamental ganhar produtividade por hectare, reduzir perdas e ter agilidade". Luis Aubert destaca ainda a importância da iniciativa do MDA para os produtores de maquinários. "Com o crédito facilitado os agricultores vão poder comprar mais e assim os fabricantes podem ampliar a sua escala, reduzir custos e, conseqüentemente, reduzir mais os preços".

Tratores								
Potência	15cv	18cv	26cv	30cv	39cv	50cv	65cv	75cv
Desconto	15%	15%	13,5%	15%	13,5%	11%	12%	15%

Motocultivadores		Implementos Agrícolas e Periféricos
Potência	Desconto	Desconto
12 a 14 cv	17,5%	Até 15%

Lançamento do Plano Safra Mais Alimentos

Data – quinta-feira (3/07)

9h30 – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Guilherme Cassel visitam uma propriedade rural no Distrito Federal, onde será assinado o primeiro contrato do Plano Safra Mais Alimentos. O evento será na propriedade do agricultor Fernando Kubota, no Núcleo Rural Chapadinha, em Brazlândia (DF).

11h – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Guilherme Cassel visitam a mostra de equipamentos e implementos agrícolas financiados pela linha de crédito Mais Alimentos. A mostra será montada na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Museu Nacional da República.

Mais Alimentos, um plano da agricultura familiar para o Brasil – Sítio Eletrônico do MDA - 01/07/2008

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lança nesta quinta-feira (3), em Brasília, o [Plano Safra Mais Alimentos](#), uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para ampliar a oferta de alimentos no País por meio do aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar. A solenidade está marcada para as 11h30, no Auditório do Museu da República, na Esplanada dos Ministérios. Antes, às 9h30, o presidente e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, visitarão uma propriedade de agricultura familiar de Brazlândia (DF), a primeira a ser beneficiada com o Plano Safra Mais Alimentos (veja programação abaixo).

A meta do Plano Safra Mais Alimentos é atingir em 2010 o excedente de 18 milhões de toneladas/ano de produção por meio da agricultura familiar. Para alcançar este objetivo, o Governo Federal criou mecanismos estruturantes de longo prazo. Uma destas medidas é uma linha de crédito para investimento na infra-estrutura produtiva da agricultura familiar, como compra de máquinas e equipamentos, correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares e sistemas agroflorestais e melhoria genética. Um acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Implementos (Abimaq) assegura a redução de até 17,5% nos preços de tratores, máquinas e implementos agrícolas.

Até 2010, o volume de crédito da linha Plano Safra Mais Alimentos chegará a R\$ 25 bilhões e vai beneficiar 1 milhão de produtores familiares, com a comercialização de 60 mil tratores e 300 mil máquinas e implementos agrícolas. O limite de crédito por produtor é de R\$ 100 mil, com prazo de até dez anos pagamento, com três anos de carência e juros de 2% ao ano. No safra 2008/09, cujo Plano Safra da Agricultura Familiar será lançado nesta quinta-feira, esta linha de crédito será contemplada com R\$ 6 bilhões.

Assistência técnica - Outro mecanismo estruturante do Plano Safra Mais Alimentos é a ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Além de aumentar R\$ 168 milhões para R\$ 397 milhões os recursos para Ater, a rede no campo será ampliada de 20 mil para 30 mil técnicos.

O fortalecimento da rede de Ater aumenta a capacidade de disponibilização de tecnologias apropriadas e reforça as possibilidades de mobilização e organização dos agricultores familiares. Para levar a agricultura familiar à fronteira tecnológica que possibilitará o aumento da produtividade e da produção sustentável, o MDA firmará, nesta quinta-feira, um acordo de cooperação com a Embrapa e as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas). Este acordo permitirá que conhecimentos produzidos nos centros geradores sejam utilizados pelos agricultores familiares para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.

O Plano Safra Mais Alimentos também vai produzir mais conhecimento, por meio do apoio a projetos de organizações estaduais de pesquisa voltados à produção de tecnologias que contribuam para a promoção da sustentabilidade econômica, ambiental e social da agricultura familiar. Isso será em conjunto com o Ministério da Ciência e

Tecnologia (MCT), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inclusão Social (Secis).

Apoio à comercialização - Outro suporte para o aumento da produção e produtividade da agricultura familiar é o reforço dos instrumentos de comercialização. A cobertura do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) foi ampliada de 11 para 15 produtos, com a inclusão das culturas de pimenta-do-reino, trigo, cebola e mamona. Também foram elevados os preços de trigo, arroz, feijão, milho, mandioca e leite, culturas importantes da cesta básica brasileira.

O apoio à comercialização de produtos da sociobiodiversidade será contemplado com a inclusão de mais produtos desta cadeia produtiva na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Outro reforço virá com o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido em conjunto pelo MDA e os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Conab. A partir deste ano, recursos destinados pelo Ministério da Educação (MEC) à merenda escolar também poderão ser utilizados para a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Plano Safra 2008/09 - O Plano Safra Mais Alimentos vai disponibilizar R\$ 13 bilhões para financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no período 2008/09. O recurso será anunciado junto ao lançamento do Plano Safra Mais Alimentos. O Plano Safra simplifica a operacionalização do crédito agrupando em uma única categoria, chamada de Agricultura Familiar, as linhas C, D e E do Pronaf.

O Plano Safra também reduz as taxas de juros dos financiamentos de custeio, que ficarão entre 1,5% e 5,5% ao ano. Antes eram de 3% a 5,5%. As operações de investimento também tiveram queda nos juros, de 2% a 5,5% ao ano para 1% a 5%.

Resposta à crise de alimentos - O ministro Guilherme Cassel destaca o alcance do Plano Safra Mais Alimentos e do Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/09. “Vivemos um raro momento de oportunidade, em que podemos e devemos ser ousados e avançar para agregar renda e conhecimento na agricultura familiar e na reforma agrária. E, com isso, impulsionar o aumento produtivo”.

Cassel afirma que a humanidade vive uma crise no preço dos alimentos como nunca se viu antes e lembra que, dos grandes produtores mundial de alimentos, o Brasil é um dos poucos países com perspectiva de crescimento da produção acima da demanda interna. “Isso coloca de uma maneira mais clara o papel da agricultura familiar para garantir soberania e segurança alimentar. Quem produz alimentos neste País é a agricultura familiar. Portanto, essa crise, que é mundial, que coloca ao País uma necessidade de ter uma política de segurança alimentar e também de exportação de alimentos, recoloca de uma forma muito definitiva o papel da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária”.

Importância da agricultura familiar - A agricultura familiar responde por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Responsável por 77% das ocupações

produtivas no campo, o setor responde pela produção de alimentos essenciais na cesta básica, como feijão (67%), mandioca (89%), frangos (70%), suínos (60%) e leite (56%).

Lançamento do Plano Safra Mais Alimentos

Data – quinta-feira (3/07)

9h30 – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Guilherme Cassel visitam uma propriedade rural no Distrito Federal, onde será assinado o primeiro contrato do Plano Safra Mais Alimentos. O evento será na propriedade do agricultor Fernando Kubota, no Núcleo Rural Chapadinha, em Brazlândia (DF).

11h – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Guilherme Cassel visitam a mostra de equipamentos e implementos agrícolas financiados pela linha de crédito Mais Alimentos. A mostra será montada na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Museu Nacional da República.

11h30 – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Guilherme Cassel participam do lançamento oficial do Mais Alimentos e do Plano Safra Mais Alimentos, no Museu Nacional da República.

CMN decide flexibilizar restrição de crédito na Amazônia - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 01/07/2008

Os municípios que têm apenas parte da sua área na região do bioma amazônico não estão inteiramente sujeitos às restrições de crédito impostas, no final de fevereiro, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para obtenção de financiamento. As áreas que estão fora poderão pedir declaração do órgão ambiental estadual para serem dispensadas das maiores exigências. O mesmo critério não vale para um imóvel que tem parte de sua área fora do bioma. Nesse caso, o proprietário continua obrigado a cumprir todas as exigências.

A decisão do CMN, tomada na reunião de ontem, acabou com as dúvidas que surgiram em fevereiro. O secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, esclareceu que o conselho já tinha negociado com o Ministério do Meio Ambiente uma solução.

A ampliação das exigências documentais e da burocracia para a concessão de crédito aos produtores rurais de 550 municípios da área do bioma Amazônia foi mais uma tentativa de conter a derrubada ilegal da floresta. Além disso, foi determinado o recadastramento de 15,4 mil imóveis com área superior a 320 hectares localizados nos 36 municípios campeões do desmatamento.

Os integrantes do CMN também fizeram alguns ajustes nos prazos de vencimento de algumas dívidas que teriam de ser pagas hoje. Por força do amplo pacote de renegociação de dívidas rurais, Bittencourt informou que foram mudadas algumas normas de custeio. Por questões operacionais, o Banco do Brasil pediu e o CMN aceitou que as

parcelas que vencem hoje nos programas Proger, Pronaf e FAT Giro Rural serão exigidas daqui a 45 dias. Esses são os casos envolvendo as parcelas de custeio das safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06 que venceriam entre 1º de abril e 30 de junho.

Também ganharam mais 45 dias os produtores dos municípios que decretaram estado de emergência ou calamidade e cujas dívidas de custeio da safra 2007/08 vencem entre 1º de janeiro e 30 de junho.

Outros dois adiamentos foram autorizados pelo CMN. Nas operações de investimento que contaram com risco da União ou recursos dos fundos constitucionais, o prazo de 1º de julho foi ampliado para 1º de outubro. As operações de recuperação da lavoura cacaueteira (1995 a 2001) que tinham vencimento hoje também terão pagamento em 1º de outubro.

Governo proíbe crédito a dez mil propriedades irregulares - Maurício Thuswohl – Agencia Carta Maior – 02/07/2008

Entrou em vigor a resolução do Banco Central que enquadra milhares de proprietários de terras nos 36 municípios campeões do desmatamento na Amazônia. A suspensão do crédito atinge aqueles que não fizeram recadastramento junto ao Incra. Ruralistas criticam decisão.

RIO DE JANEIRO – Motivo de intensa disputa política entre ruralistas e ambientalistas, dentro e fora do governo, entrou em vigor na terça-feira (1) a resolução do Banco Central que impede os proprietários de terra na Amazônia que estejam em situação irregular de receber créditos e financiamentos oriundos de bancos públicos ou privados. Ao fim do recadastramento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), se encontram em situação de ilegalidade todos aqueles proprietários que não apresentaram os documentos pedidos pelo governo e, em consequência, tiveram seu Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) suspenso ou cancelado.

Foram convocados ao recadastramento 15.400 proprietários _ com terras acima de 350 hectares _ nos 36 municípios que, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), são os campeões do desmatamento na Amazônia. Desse total, apenas 3.080 propriedades foram consideradas em situação regular pelo Incra, enquanto outras duas mil ainda se encontram em processo de análise. As demais, que somam mais de dez mil propriedades, passam a ser consideradas irregulares pelo governo. A maioria dos proprietários dessas terras sequer se apresentou ao Incra para realizar o recadastramento.

Uma vez que o trabalho do Incra foi concentrado somente em 36 municípios e, como se sabe, a Amazônia engloba 535 deles, é fácil deduzir que a posse das terras da região continua sendo um dos maiores mistérios brasileiros. Na área da Amazônia Legal, estão registradas 540 mil propriedades rurais e, se todas fossem submetidas a um recadastramento, provavelmente se chegaria a um número espantoso de propriedades ilegais, como reconhece o próprio instituto: “É impossível precisar, se levarmos em conta toda a Amazônia, quantas propriedades estão em situação irregular”, diz o diretor de Estrutura Fundiária do Incra, Richard Troisiano.

Um estudo divulgado esta semana pelo Incra revela que o governo não identifica os proprietários de 14% das terras na Amazônia Legal, o que representa uma área de 710 mil quilômetros quadrados, equivalente aos territórios de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul somados. O estado campeão das “terras sem dono” é o Pará, com quase 289 mil quilômetros quadrados sem proprietários reconhecidos pelo Incra: “Existe uma parte da Amazônia onde não sabemos quem está lá”, diz o presidente do instituto, Rolf Hackbart, ressaltando que o Incra precisa de “mais investimentos, pessoal e equipamentos”.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, apresentará os resultados do levantamento realizado pelo Incra ao ministro da Secretaria de Assuntos de Longo Prazo, Roberto Mangabeira Unger, durante reunião ainda sem data confirmada, mas que deve acontecer até a semana que vem. Mangabeira Unger pretende utilizar esses e outros dados para o embasamento das ações do Plano Amazônia Sustentável (PAS) que, por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é coordenado pelo ex-professor de Harvard.

Ruralistas reagem - A resolução do Banco Central foi recebida com amargura pelos representantes do agronegócio e pelos parlamentares da bancada ruralista no Congresso Nacional. A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) já anunciou que, nos próximos dias, tentará obter um mandado de segurança coletivo, com pedido de liminar contra o presidente do BC, Henrique Meirelles, que assinou a resolução do conselho: “O agronegócio é o setor da sociedade que mais precisa de crédito para produzir. Se essa medida for levada adiante, vai ter inflação”, ameaça.

A Confederação Nacional de Agricultura (CNA), por intermédio do presidente de sua Comissão de Meio Ambiente, Assuero Veronez, também já se manifestou contra a resolução do Banco Central: “A medida é desastrosa e vai provocar aumento de preços. A culpa é exclusiva do poder público, que não regulamentou antes essas terras e, agora, confundiu proteção ao meio ambiente com questão fundiária”, afirmou Veronez, em entrevista ao jornal *O Globo*.

Apesar das reclamações, os ruralistas já conseguiram uma importante vitória, que foi a retirada das propriedades que também se estendem ao bioma Cerrado da lista de cadastramento do Incra. Bancada pela pressão política comandada pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, e pela líder da bancada ruralista no Congresso, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), essa decisão do governo agradou aos baluartes do agronegócio, mas deixou ainda mais vulnerável um bioma que tem para o Brasil uma importância tão grande quanto a própria Amazônia.

FETRAF-SUL ESPERA MAIOR INVESTIMENTO AGRICULTURA FAMILIAR - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul - 02 de julho de 2008

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lança nesta quinta-feira (3), em Brasília, o Plano Safra e o Programa Mais Alimentos, uma ação do Governo Federal, para ampliar a oferta de alimentos no País por meio do aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar. A solenidade está marcada para as 11h30, no Auditório do Museu da República, na Esplanada dos Ministérios e o coordenador geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), Altemir Tortelli, estará lá e espera um aumento real nos investimentos na Agricultura familiar brasileira.

Desde o início de maio, a Fetraf está mobilizada através da IV Jornada de Lutas da Agricultura Familiar e realizou várias reuniões e audiências onde apresentou além de uma pauta geral, uma proposta de um PAC Mais Alimentos, onde muitas dessas ações estão sendo contempladas no novo programa. “Propusemos que a produção de alimentos tenha como prioridade as culturas de milho, leite, trigo, arroz, feijão, mandioca, tubérculos e o cultivo de hortifrutigrangeiros, destinados prioritariamente para o mercado interno e garantindo a produção e pagando um preço justo para quem produz sem onerar os consumidores”, afirma Tortelli.

Estima-se que atualmente haja 950 milhões de pessoas que passam fome no mundo. Apesar de não estar imune a essa situação, o Brasil conta com uma série de políticas públicas que o deixam em situação de menor vulnerabilidade. Um desses motivos é que a agricultura familiar hoje abrange 20 milhões de pessoas, destaca Tortelli, que podem alimentar o povo brasileiro sem explorar o consumidor. Com estoques reguladores, silos comunitários e descentralizados. A Fetraf defende investimentos na educação rural com a reestruturação da grade curricular, especialmente do ensino médio e superior, nas regiões de predominância agrícola, de tal forma que valorize a atividade rural e prepare os filhos de agricultores familiares a permanecer na atividade agrícola.

A Fetraf-Sul espera que o Programa que será anunciado contemple as propostas feitas pela entidade através do PAC Mais Alimentos como a estabilização da renda dos agricultores familiares no momento da comercialização de seus produtos, através do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), onde o Estado garante ao agricultor uma remuneração justa pelos seus produtos. Outro fator de fundamental importância é a garantia da Assistência Técnica (ATER) pública, gratuita, exclusiva e permanente para a agricultura familiar, com aplicação de um bilhão de reais por ano até 2010. É preciso a reestruturação do sistema CONAB, ampliando sua capacidade operacional e financeira, para que possa formar estoques reguladores e intervir na regulação e abastecimento no mercado interno e um controle em relação ao preço dos insumos agrícolas.

Também é necessário mais investimento no Pronaf, aumentando os valores para 13 bilhões em 2008, 14 bilhões em 2009 e 15 bilhões em 2010. O Pronaf deve evoluir para o financiamento do conjunto das atividades da propriedade (Pronaf Sistêmico). No Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a proposta é de valores de R\$ um bilhão em 2008, dois bilhões em 2009 e três bilhões em 2010.

Como a questão ambiental é um dos fatores que nos leva a essa crise a proposta é que seja criado um programa federal específico que estimule e compense os agricultores familiares que preservam as Áreas de Preservação Permanentes - APPs e reservas legais.

Agricultura Familiar: A agricultura familiar responde por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Responsável por 77% das ocupações produtivas no campo, o setor responde pela produção de alimentos essenciais na cesta básica, como feijão (67%), mandioca (89%), frangos (70%), suínos (60%) e leite (56%).

Stephanes: linha de investimento aumentará produção sem avançar na Amazônia –
Sítio Eletrônico do Mapa – 02/07/2008

Curitiba/PR (2.7.2008) - A criação da linha de investimento Produsa com recursos do BNDES para recuperação de áreas degradadas demonstra o desejo do governo de aumentar a produção agrícola sem avançar sobre a região amazônica. A declaração foi feita pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, há pouco, durante o lançamento do Plano Agrícola e Pecuária (PAP) 2008/2009, em Curitiba.

Stephanes reafirmou que o PAP 2008/2009 foi elaborado dentro de uma visão estratégica de médio e longo prazo. Informou ainda que o documento incorpora instrumentos de política agrícola que têm dado certo e trazem algumas novidades. “Está em sintonia com a posição do governo de priorizar a agropecuária brasileira”, disse.

O ministro falou ainda sobre a importância de se investir em pesquisa para garantir ganhos em eficiência e competitividade e sobre o desafio de acabar com a dependência brasileira de adubos e fertilizantes. Explicou que o Brasil importa 90 % de fosfatados. “Até o final do ano, o governo anunciará medidas que em dez anos nos deixarão auto-suficientes em fósforo e nitrogênio e diminuirá a dependência do potássio”, ressaltou. (*Katja Polisseni*)

Crédito rural sobe 217% em cinco anos – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/07/2008

Curitiba/PR (2.7.2008) - Para financiar a próxima safra da agricultura empresarial, o Plano Agrícola e Pecuário 2008-2009 (PAP) terá R\$ 65 bilhões, valor 217% maior que ofertado na safra 2002/2003. Deste total, R\$ 45,4 bilhões serão a juros controlados, ou seja, com encargo financeiro de 6,75% ao ano. Isso representa 20% a mais em relação ao ciclo 2007-2008. O Plano foi lançado, nesta quarta-feira (2), em Curitiba (PR), pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes. Os recursos totais para o crédito rural serão 12,1% superiores aos disponíveis na safra que se encerra.

Os recursos serão aplicados no custeio, comercialização e investimento da produção agropecuária. Além do aumento do volume de crédito, o PAP 2008-2009 terá a ampliação do limite de financiamento e de renda para alguns programas de investimento, eliminação de taxa *flat* do Moderfrota, reajuste de preços mínimos, especialmente para alimentos essenciais, como arroz, feijão, milho e trigo. Além disso, nesta edição, o plano terá incentivos especiais para a produção sustentável. Uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão está à disposição dos agricultores para financiar a recuperação de áreas degradadas.

As metas centrais do plano são ampliar a produção agrícola, reduzir o impacto do aumento do custo para o produtor, garantir o abastecimento interno e aumentar a

participação do agronegócio brasileiro no mercado internacional. A expectativa do governo é que a produção cresça 5% na próxima safra, atingindo os 150 milhões de toneladas de grãos, fibras e cereais, o maior volume já registrado. Um dos resultados mais importantes desse aumento de produção é evitar que os preços dos alimentos continuem subindo. “Em um momento de escassez e de alta nos preços dos alimentos, o Brasil tem a possibilidade real de se consolidar como um dos maiores fornecedores de produtos agropecuários para o mundo. Contudo, o mundo quer mais do que nossos alimentos. Nossos clientes e concorrentes, por diferentes motivos, cobram do Brasil uma posição de respeito ao meio ambiente”, ressaltou o ministro Stephanes.

Seguem as principais medidas do PAP 2008-2009:

Crédito rural - A oferta de crédito rural para a agricultura empresarial na próxima safra será de R\$ 65 bilhões, aumento de 12% em relação ao ciclo 2007-2008.

Custeio e comercialização - Dos R\$ 65 bilhões disponíveis para o crédito rural, R\$ 55 bilhões serão destinados ao custeio e comercialização, 12% a mais que o previsto para a safra anterior. Deste total, R\$ 45,4 bilhões serão ofertados a juros controlados (taxas fixas de 6,75% ao ano), valor 20% superior ao destinado ao PAP 2008-2007.

Investimento - Os programas de investimento contarão com mais R\$ 1,1 bilhão nesta safra, totalizando R\$ 10 bilhões. Além disso, haverá aumento do limite de crédito para as principais linhas de financiamento e a criação de um programa para a recuperação de áreas degradadas de pastagem e a adoção de práticas sustentáveis de produção. Deste valor, R\$ 6,5 bilhões virão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 3,5 bilhões dos Fundos Constitucionais.

Alterações mais importantes

1) Eliminação da taxa *flat* de 4% que incide nos financiamentos feitos pelo Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadoras (**Moderfrota**). A taxa, criada em 2004, é recolhida pelos fabricantes de máquinas agrícolas para formação de um fundo de equalização do BNDES. O fundo é usado em caso de perdas em eventuais situações de descolamento entre os juros praticados e possíveis variações da inflação.

2) Elevação de 25% no limite de crédito por beneficiário dentro do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (**Moderagro**). O valor passou de R\$ 200 mil para R\$ 250 mil. Dentre outras finalidades, a linha é destinada ao desenvolvimento de espécies de frutas, beneficiamento e industrialização da fruticultura e a adoção do sistema de rastreabilidade bovina e bubalina.

3) Aumento de 50% no volume de recursos, passando de R\$ 100 milhões para R\$ 150 milhões, e ainda de 33% no limite por contrato do Programa de Plantio Comercial de Florestas (**Propflora**), que passa de R\$ 150 mil para R\$ 200 mil.

4) Ampliação do limite de renda para o enquadramento no **Proger Rural** de R\$ 220 mil para R\$ 250 mil. Haverá ainda aumento do limite de financiamento de R\$ 100 mil para R\$ 150 mil. Também serão destacados R\$ 500 milhões do Moderfrota para produtores enquadrados no Proger Rural, com juros de 7,5% ao ano, a menor taxa cobrada para empréstimos dentro do programa de modernização da frota.

Apoio à comercialização - Para as políticas de apoio à comercialização, estão previstos R\$ 3,8 bilhões, sendo R\$ 2,3 bilhões para aquisição de produtos e R\$ 1,5 bilhão para equalização de preços. Estes recursos têm como objetivo os leilões de compra e venda para garantir aos produtores a comercialização de suas safras em 2009 a preços compatíveis

com os custos, assegurando melhor renda. Ao mesmo tempo, funcionam para suprir o abastecimento com estoques públicos, quando necessário, amenizando eventuais altas de preços para os consumidores.

Preços mínimos - Os preços mínimos de garantia vigentes na safra 2007/2008 foram reajustados para recompor a alta do custo de produção agropecuária e se adequar a nova cotação das *commodities*. Seguem alguns exemplos:

Arroz em casca, regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A saca de 50 kg passará de R\$ 22 para R\$ 25,80. Reajuste de 17,27%;

Feijão anão (principal tipo cultivado no Brasil. Dá origem a variedades, conhecidas, como preto, carioquinha e roxinho). A saca de 60 kg passará de R\$ 48,42 para R\$ 80. Aumento de 65,22%;

Milho, regiões Sul, Sudeste, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. A saca de 60 kg passará de R\$ 14 para R\$ 16,50, crescimento de 17,86%;

Milho, regiões de Mato Grosso e Rondônia. A saca de 60 kg passará de R\$ 11 para R\$ 13,20. Reajuste de 20%.

Seguro rural - O programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem um orçamento, em 2008, de R\$ 160 milhões, 60,8% superior ao destinado no ano passado. Se integralmente aplicado, os recursos vão atender a 72 mil produtores na contratação de 82 mil apólices de seguro. O valor é suficiente para dar cobertura a seis milhões de hectares, cerca de 10% da área cultivada com culturas anuais e permanentes. Atualmente esta cobertura atinge cerca de 4% desta área. Além disso, para consolidar o seguro rural no Brasil, o governo federal encaminhou, ao Congresso Nacional, o projeto de lei que cria do Fundo de Catástrofe. O fundo será um instrumento de resseguro em casos de grandes perdas de safra em decorrência de catástrofes climáticas.

*Veja mais detalhes do Plano Agrícola e Pecuário 2008-2009: www.agricultura.gov.br

Governo amplia os subsídios ao campo - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2008

O forte impacto dos preços dos alimentos sobre os índices de inflação levou o governo a reforçar os subsídios concedidos ao setor agropecuário. Mesmo sem enfrentar graves problemas estruturais, como a precariedade da logística de escoamento da produção e a disparada dos custos de produção, os planos do governo para o novo ano-safra 2008/09, iniciado oficialmente ontem, elevam em 51% o volume de recursos do crédito rural com taxas de juros parcialmente bancadas pelo Tesouro.

O presidente Lula anuncia hoje, em Curitiba (PR), a destinação de R\$ 65 bilhões para o financiamento da chamada agricultura empresarial. Desse volume, R\$ 55 bilhões serão emprestados pelos bancos com taxas subsidiadas pelo caixa da União. Na safra passada (2007/08), o governo previa equalizar R\$ 45,4 bilhões. Com isso, o governo amplia de 63% para 85% o total de recursos cobertos por subsídios e espera elevar para além de 150 milhões de toneladas a produção total de grãos, fibras e cereais, atualmente em 143,3 milhões. Na prática, o Tesouro Nacional paga a diferença entre o custo de captação do dinheiro no mercado - geralmente com taxa Selic - e os juros do crédito rural, cuja média é de 7,35% ao ano. Estima-se um custo total de R\$ 2,6 bilhões para o Tesouro com essas

operações de equalização. Nos financiamentos de custeio, por exemplo, os produtores pagam 6,75% ao ano. Para esta modalidade, o presidente Lula anunciará um pacote de R\$ 45 bilhões cobertos pelo caixa do Tesouro - na safra anterior, foram previstos R\$ 36,5 bilhões.

"O novo plano vai marcar uma posição de apoio à produção de alimentos", diz uma fonte. O governo também antecipará o lançamento de mecanismos de sinalização de preços para compras futuras, o que garante ao produtor a margem de lucro mesmo com eventuais quedas de preços no mercado. A ampliação do seguro rural será efetivada neste plano.

Os recursos para custeio e comercialização da nova safra terão R\$ 32 bilhões das chamadas exigibilidades rurais, a parcela obrigatória de 25% dos depósitos à vista que os bancos têm que emprestar ao setor - na safra anterior, foram R\$ 30 bilhões.

Mas a principal elevação de recursos ocorrerá na "poupança rural". Dessa fonte, sairão R\$ 11 bilhões para financiar o setor. Em 2007/08, a poupança previa R\$ 2,5 bilhões. Outros R\$ 2 bilhões virão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Os recursos para os programas de investimento saltarão de R\$ 8,9 bilhões para R\$ 10 bilhões. Mais R\$ 10 bilhões serão ofertados com juros livres de mercado como componente do crédito rural para 2008/09.

O novo Plano de Safra da agricultura empresarial contará com a elevação dos limites de crédito individual dos produtores e o aumento dos preços mínimos dos produtos básicos, como arroz, feijão, milho, trigo e mandioca. O governo prevê gastar até R\$ 4,4 bilhões na recomposição dos estoques públicos de alimentos em mãos da Conab. Em horas de crise de preços, espera vender estoques para baixar os preços no varejo.

Os planos do governo para o setor rural incluem, ainda, o lançamento de um pacote de R\$ 13 bilhões com medidas de apoio à produção familiar de alimentos. Todo esse volume de recursos contém algum tipo de subsídio oficial sob a forma de equalização das taxas de juros ou de bônus para pagamento em dia. O presidente Lula fará esse anúncio amanhã, em Brasília. Mas a base do novo plano da agricultura familiar é o investimento em mecanização e a adoção de novas tecnologias mais modernas.

O "Mais Alimentos" oferecerá uma linha de crédito de R\$ 6 bilhões para investimentos de longo prazo a 300 mil produtores familiares, e estima produção adicional de até 18,6 milhões de toneladas de arroz, feijão, leite, mandioca, trigo, carne, frutas e soja, que hoje somam 110 milhões de toneladas.

Fetra-Sul participa de Lançamento do Programa Mais Alimentos em Brasília – Sítio Eletrônico da Fetraf – 03/07/2008

O coordenador geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetra-Sul), Altemir Tortelli, participou da cerimônia de lançamento do Plano Safra Mais Alimentos anunciado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lançado nesta quinta-feira (3), em Brasília. Desde o início de maio, a Fetraf está mobilizada através da IV Jornada de Lutas da Agricultura Familiar e realizou várias reuniões e audiências onde apresentou além de uma pauta geral, uma proposta de um PAC Mais Alimentos, onde muitas dessas ações estão sendo contempladas no novo programa. O objetivo principal do Plano Safra Mais Alimentos, é dobrar a produção de cada agricultor familiar, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, com isso oferta de alimentos no país

será ampliada e a alta dos preços no mercado interno pode ser contida. Uma das metas é que sejam produzidas 18 milhões de toneladas de excedente de alimentos a cada ano.

ENTENDA O PROGRAMA MAIS ALIMENTOS

No Programa, o Governo Federal criou mecanismos estruturantes de longo prazo. Uma destas medidas é uma linha de crédito para investimento na infra-estrutura produtiva da agricultura familiar, como compra de máquinas e equipamentos, correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares e sistemas agroflorestais e melhoria genética. Um acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Implementos (Abimaq) assegura a redução de até 17,5% nos preços de tratores, máquinas e implementos agrícolas.

Até 2010, o volume de crédito da linha Plano Safra Mais Alimentos chegará a R\$ 25 bilhões e vai beneficiar 1 milhão de produtores familiares, com a comercialização de 60 mil tratores e 300 mil máquinas e implementos agrícolas. O limite de crédito por produtor é de R\$ 100 mil, com prazo de até dez anos pagamento, com três anos de carência e juros de 2% ao ano. No safra 2008/09, cujo Plano Safra da Agricultura Familiar será lançado nesta quinta-feira, esta linha de crédito será contemplada com R\$ 6 bilhões.

Assistência técnica - Outro mecanismo estruturante do Plano Safra Mais Alimentos é a ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Além de aumentar R\$ 168 milhões para R\$ 397 milhões os recursos para Ater, a rede no campo será ampliada de 20 mil para 30 mil técnicos.

O fortalecimento da rede de Ater aumenta a capacidade de disponibilização de tecnologias apropriadas e reforça as possibilidades de mobilização e organização dos agricultores familiares. Para levar a agricultura familiar à fronteira tecnológica que possibilitará o aumento da produtividade e da produção sustentável, o MDA firmará, nesta quinta-feira, um acordo de cooperação com a Embrapa e as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas). Este acordo permitirá que conhecimentos produzidos nos centros geradores sejam utilizados pelos agricultores familiares para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.

O Plano Safra Mais Alimentos também vai produzir mais conhecimento, por meio do apoio a projetos de organizações estaduais de pesquisa voltados à produção de tecnologias que contribuam para a promoção da sustentabilidade econômica, ambiental e social da agricultura familiar. Isso será em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inclusão Social (Secis).

Apoio à comercialização - Outro suporte para o aumento da produção e produtividade da agricultura familiar é o reforço dos instrumentos de comercialização. A cobertura do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) foi ampliada de 11 para 15 produtos, com a inclusão das culturas de pimenta-do-reino, trigo, cebola e mamona. Também foram elevados os preços de trigo, arroz, feijão, milho, mandioca e leite, culturas importantes da cesta básica brasileira.

O apoio à comercialização de produtos da sociobiodiversidade será contemplado com a inclusão de mais produtos desta cadeia produtiva na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Outro reforço virá com o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido em conjunto pelo MDA e os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA), por meio da Conab. A partir deste ano, recursos destinados pelo Ministério da Educação (MEC) à merenda escolar também poderão ser utilizados para a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Plano Safra 2008/09 - O Plano Safra Mais Alimentos vai disponibilizar R\$ 13 milhões para financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no período 2008/09. O recurso será anunciado junto ao lançamento do Plano Safra Mais Alimentos. O Plano Safra simplifica a operacionalização do crédito agrupando em uma única categoria, chamada de Agricultura Familiar, as linhas C, D e E do Pronaf.

O Plano Safra também reduz as taxas de juros dos financiamentos de custeio, que ficarão entre 1,5% e 5,5% ao ano. Antes eram de 3% a 5,5%. As operações de investimento também tiveram queda nos juros, de 2% a 5,5% ao ano para 1% a 5%.

Importância da agricultura familiar

A agricultura familiar responde por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Responsável por 77% das ocupações produtivas no campo, o setor responde pela produção de alimentos essenciais na cesta básica, como feijão (67%), mandioca (89%), frangos (70%), suínos (60%) e leite (56%). *Fonte MDA.*

Plano agrícola prevê que próxima safra cresça 5% - Dimitri Valle – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/07/2008

Contra inflação, meta é alcançar produção recorde de 150 milhões de toneladas - Agronegócio contará com R\$ 65 bilhões em créditos e agricultura familiar terá outros R\$ 13 bi; governo vai ampliar estoques de cereais

O governo federal anunciou ontem o Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 com a estimativa de alcançar a produção recorde de 150 milhões de toneladas de grãos, 5% acima do obtido no período passado.

Segundo a mais recente estimativa da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), a safra atual, 2007/8, cresceu 8,7% em relação à anterior, combatida pela crise que havia no setor agrícola.

O agronegócio terá R\$ 65 bilhões em créditos, volume 12% superior ao liberado na safra passada. Hoje, em Brasília, o governo também anuncia o programa de financiamento da agricultura familiar, que terá outros R\$ 13 bilhões.

Ao priorizar o aumento dos investimentos para atender às demandas interna e externa, o governo federal tenta conter a escalada inflacionária dos alimentos, além de esperar reduzir o custo de produção.

Para isso, a promessa é que 70% dos recursos (R\$ 45,5 bilhões) sejam oferecidos com taxas fixas de 6,75% ao ano à agricultura empresarial. Uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão foi aberta no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para os produtores que quiserem reverter pastagens degradadas em áreas para plantio. Um

dos principais resultados aguardados é conter o avanço da lavoura rumo à Floresta Amazônica.

O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) disse que o plano "está dentro de uma estratégia de médio a longo prazo" para dar sustentação a outras medidas, como a reestruturação das dívidas agrícolas e a criação do fundo contra catástrofes climáticas para cobrir eventuais perdas do produtor (em discussão no Congresso e cuja implantação está prevista para o ano que vem), além de fundos específicos para financiar pesquisas e investir na defesa de sanidade animal.

Auto-suficiência - Reinhold Stephanes afirmou que o anúncio anual dos planos para a próxima safra deverão ser substituídos em um prazo de três anos por planos quinquenais, "já que a agricultura precisa começar a ser pensada a longo prazo", disse.

Segundo o ministro, até o final deste ano o governo vai terminar um estudo que pode dar ao país -em um prazo de 5 a 10 anos- a auto-suficiência na produção de fertilizantes.

Em alguns casos, até 90% dos insumos são importados e pressionam, com a alta do petróleo usado na fabricação desses produtos e de defensivos, os preços finais das commodities.

Para o ministro, o combate à alta dos preços internacionais dos alimentos depende do incremento de produção das principais nações agrícolas.

"Não é apenas o Brasil aumentando a produção. Ele deve fazer a sua parte", disse Stephanes, ao citar que espera ver a mesma posição de Estados Unidos, Argentina e, a longo prazo, de países africanos.

O Ministério da Agricultura anunciou que os preços mínimos para a safra 2008/9 tiveram reajuste de até 65%.

A finalidade é recompor a elevação do custeio da produção e dar ao produtor garantias mínimas de preço em caso de oscilações na cotação. Stephanes disse que o governo quer reforçar, por exemplo, os estoques de feijão. "É melhor sobrar do que faltar, diante dessa crise internacional de alimentos", disse o ministro.

A R\$ 80, a saca de 60 kg de feijão anão (o tipo mais comum plantado no país) terá alta de 65,22% ante a safra passada.

A saca de 60 kg de milho custará R\$ 13,20 (reajuste de 20%) em Mato Grosso e Rondônia. A saca para Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e regiões Sul e Sudeste teve elevação de 17,86% e custará R\$ 16,50. A saca de 60 kg do arroz em casca passará a R\$ 25,80 (reajuste de 17,27%) em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e o trigo tipo 1 no Sul teve elevação de 20% (a R\$ 28,80).

Faltou ousadia para o governo, avalia o setor – Gitânio Fortes e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/07/2008

Faltou ousadia ao Plano Agrícola e Pecuário anunciado ontem pelo governo para a safra 2008/9. A avaliação é de Márcio Lopes de Freitas, presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Freitas reconhece, no entanto, avanços em medidas voltadas para o próximo plantio de verão, que se inicia em alguns meses. Mas afirma que o governo "ficou devendo" em pelo menos três pontos cruciais: o aprimoramento do seguro rural - considerando faixas de produtividade por agricultor-, a autorização da navegação de cabotagem para embarcações de bandeira estrangeira -o que pode ajudar a reduzir custos no transporte de produtos e insumos entre portos dentro do país- e o lançamento de novas linhas de crédito para cooperativas agropecuárias.

Segundo Freitas, alcançar uma safra de 150 milhões de toneladas de grãos, 5% mais que a produção atual, será uma consequência natural da valorização dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional.

Cesário Ramalho, presidente da SRB (Sociedade Rural Brasileira), concorda que pouco se avançou nas chamadas "questões estruturantes". Mas apontou como ponto favorável a promessa de que 70% dos recursos reservados para a agricultura empresarial - estimados em R\$ 45,5 bilhões- sejam oferecidos a juros fixos de 6,75% ao ano. A taxa básica Selic está em 12,25%.

Carlos Sperotto, diretor da Comissão Nacional de Crédito da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), condenou os 6,75%. "Os Estados Unidos têm juros de 2% para qualquer atividade. E a agricultura familiar no Brasil vai ter acesso a crédito com juros de 2%, o que não entendo porque não há diferença de insumos, qualidade de produtos e custos em relação à agricultura empresarial", afirmou. O governo promete, ao todo, R\$ 78 bilhões -R\$ 65 bilhões para o agronegócio e R\$ 13 bilhões para as pequenas propriedades- para o crédito ao campo no ano agrícola 2008/9. As lideranças do setor haviam solicitado R\$ 110 bilhões.

Para Márcio de Freitas, da OCB, o volume maior se justifica pelo aumento no custo de produção pela alta de insumos, entre eles os fertilizantes, inflacionados pelo preço maior do petróleo.

Carlos Sperotto, da CNA, espera que o governo negocie a elevação dos recursos nos próximos meses. Para Sperotto, o importante agora é que o plano realmente saia do papel. "No ano passado, sobraram R\$ 5 bilhões de crédito rural porque os produtores não tiveram acesso. Anúncio é bom, pomposo, junta muita gente, tem discurso e aplauso, mas é preciso efetivar na prática", disse.

No Congresso - Na avaliação do presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), o governo perdeu a chance de elevar a produção em um bom momento de preços no mercado internacional.

"O Brasil é o país que pode responder mais rapidamente a essa crise dos alimentos, mas o passo do governo é muito tímido. Boa parte dos produtores vai ter dificuldade, estamos perdendo um delta de oportunidade fantástico", afirmou Lorenzoni.

Integrante da comissão, o deputado Adão Preto (PT-RS) também criticou o plano. "O governo está beneficiando os empresários em detrimento da agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos que o brasileiro consome", afirmou, ressaltando que o governo atendeu ao lobby do agronegócio.

Lula defende a renegociação da dívida "sem penduricalhos" e ataca críticos – Dimitri Valle – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/07/2008

No lançamento do Plano Agrícola e Pecuário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a renegociação da dívida agrícola do país. "Vamos tirar todos os penduricalhos, ver qual é a dívida real e dar um tempo para as pessoas poderem pagar", afirmou Lula durante pronunciamento.

Em entrevista, o presidente acrescentou: "Se nós quisermos receber, nós temos que criar as condições para as pessoas pagarem. Não adianta ficar castigando a vida inteira se não vai receber".

No final de maio, uma medida provisória baixada pelo governo federal autorizou a negociação de 2,8 milhões de contrato de crédito rural no valor de R\$ 75 bilhões. Para Lula, o plano de renegociação elaborado por seu governo foi "primoroso". "Há mais de 20 anos se tentava fazer esse acordo e não se conseguia fazer. Agora foi feito e acho que isso vai desbloquear a agricultura brasileira para que ela possa ser mais produtiva do que foi até agora."

De acordo com o presidente, as contestações das dívidas nos tribunais e nas negociações dentro do próprio governo criaram um negócio paralelo que não interessa aos principais envolvidos no assunto. "Termina sendo uma estupidez: desculpa-me se tiver advogado aqui, [mas] eu acho que esse assunto interessa a quem banca esse processo. Porque não pode interessar nem ao agricultor nem ao Estado", afirmou, durante discurso.

Lula disse que há 11,6 milhões de processos em tramitação no país sobre cobrança de dívidas agrícolas e que 80% dos devedores têm obrigações abaixo de R\$ 100 mil.

Em entrevista, o presidente disse que há casos em que os débitos não têm condições de serem pagos e que a renegociação se mostrou como único caminho para o governo receber. "Há determinadas dívidas com tanta multa e tanta coisa, que se tornam incompatíveis com a própria dívida. Tomamos a atitude de desbloquear porque determinadas dívidas se tornaram impagáveis. Se você pegar a quantidade de multas e juros de mora que incidia sobre essa multa, era 10, 20 vezes mais do que o principal."

Para Lula, a meta principal da renegociação é dar oportunidade de "legalizar a vida das pessoas e que elas possam continuar a ser contribuintes no Brasil para que o país os tenha como produtores".

Segundo ele, não há incentivo à inadimplência. "O plano é o reconhecimento de que tem muita gente que estava proibida de pagar porque as condições que se criavam eram difíceis para pagar. Agora, quem puder pagar vai pagar." (DV)

Lula libera R\$ 65 bi para grande produtor rural – Ana Paula de Carvalho – O Globo – Economia – 03/07/2008

CURITIBA. Na maior aposta do governo para enfrentar a alta de preços dos alimentos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem a liberação de R\$ 65 bilhões a grandes produtores para custeio e comercialização da safra 2008/2009.

Outros R\$ 13 bilhões serão anunciados hoje por Lula, para financiar a agricultura familiar, elevando o total para R\$ 78 bilhões — R\$ 8 bilhões a mais em relação à safra anterior. O Ministério da Agricultura espera aumentar a produção de grãos do país para 150 milhões de toneladas, um salto de 5%.

Em discurso para cerca de 800 produtores rurais, em Curitiba, Lula disse que a melhor resposta para a crise da inflação não é “conter o consumo”, mas aumentar “a produtividade neste país”.

— Precisamos, neste momento da história, em que se fala de uma crise de inflação por conta dos alimentos, dar a resposta.

Não contendo a capacidade de consumo do povo ou a capacidade de produzir dos empresários e dos trabalhadores. Nós temos que aumentar a produtividade neste país.

Mais tarde, em entrevista a jornalistas, Lula voltou ao tema: — Temos consciência de que a única e melhor forma para a gente combater a inflação é aumentar a produção. Quanto mais alimentos nós tivermos, mais vamos poder oferecer à mesa do brasileiro comida a um preço mais barato.

Entre as medidas do plano, está o aumento dos estoques públicos — medida que ajuda a regular preços agrícolas. A proposta do governo é elevar em 300% os estoques de grãos, de 1,5 milhão para 6 milhões de toneladas. Para isso, o governo vai usar R\$ 2,3 bilhões. Outro R\$ 1,5 bilhão será empregado para equalizar preços.

O governo anunciou o reajuste do preço mínimo de produtos essenciais, como trigo, milho, arroz e feijão. A maior alta foi o feijão: 65,22% em relação à safra 2007/2008. O governo pagará R\$ 80 pela saca de 60 quilos. Já a saca do arroz em casca em Santa Catarina e Rio Grande do Sul passará de R\$ 22 para R\$ 25,80, mais 17,27%. Ana Paula de Carvalho Especial para O GLOBO 1 CURITIBA. Na maior aposta do governo para enfrentar a alta de preços dos alimentos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem a liberação de R\$ 65 bilhões a grandes produtores para custeio e comercialização da safra 2008/2009.

Outros R\$ 13 bilhões serão anunciados hoje por Lula, para financiar a agricultura familiar, elevando o total para R\$ 78 bilhões — R\$ 8 bilhões a mais em relação à safra

anterior. O Ministério da Agricultura espera aumentar a produção de grãos do país para 150 milhões de toneladas, um salto de 5%.

Em discurso para cerca de 800 produtores rurais, em Curitiba, Lula disse que a melhor resposta para a crise da inflação não é “conter o consumo”, mas aumentar “a produtividade neste país”.

— Precisamos, neste momento da história, em que se fala de uma crise de inflação por conta dos alimentos, dar a resposta.

Não contendo a capacidade de consumo do povo ou a capacidade de produzir dos empresários e dos trabalhadores. Nós temos que aumentar a produtividade neste país.

Mais tarde, em entrevista a jornalistas, Lula voltou ao tema: — Temos consciência de que a única e melhor forma para a gente combater a inflação é aumentar a produção. Quanto mais alimentos nós tivermos, mais vamos poder oferecer à mesa do brasileiro comida a um preço mais barato.

Entre as medidas do plano, está o aumento dos estoques públicos — medida que ajuda a regular preços agrícolas. A proposta do governo é elevar em 300% os estoques de grãos, de 1,5 milhão para 6 milhões de toneladas. Para isso, o governo vai usar R\$ 2,3 bilhões. Outro R\$ 1,5 bilhão será empregado para equalizar preços.

O governo anunciou o reajuste do preço mínimo de produtos essenciais, como trigo, milho, arroz e feijão. A maior alta foi o feijão: 65,22% em relação à safra 2007;2008. O governo pagará R\$ 80 pela saca de 60 quilos. Já a saca do arroz em casca em Santa Catarina e Rio Grande do Sul passará de R\$ 22 para R\$ 25,80, mais 17,27%.

Política agrícola tem avanços, mas insiste em subsídios - Valor Econômico – Opinião – Editorial - 03/07/2008

A inflação dos alimentos, preocupação número 1 hoje de governos de todo o planeta, modulou as decisões tomadas por Brasília no âmbito do novo plano de safra para o ano 2008/09. Ao anunciar os parâmetros que nortearam esse programa, ontem, em Curitiba, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que, diferentemente de outras épocas, há consenso entre todas as áreas do governo sobre a necessidade de dar prioridade ao setor. O plano recém-lançado é apenas para a próxima safra, mas está sendo adotado em conjunto com outras medidas mais duradouras. Seriam programas ou instrumentos que vão estruturar a agricultura a médio e longo prazos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Stephanes afirmaram que, para enfrentar o aumento da inflação, o Brasil precisa ampliar sua produção agrícola. Segundo o presidente, os efeitos do novo plano e o aumento da produção agrícola serão sentidos em seis ou sete meses. No Plano Agrícola e Pecuário 2008-2009, está previsto um volume de crédito de R\$ 78 bilhões, o que representa um incremento de R\$ 8 bilhões em relação à safra 2007-2008. Para a chamada agricultura empresarial serão destinados R\$ 65 bilhões. O plano para a agricultura familiar, que será detalhado hoje, terá R\$ 13 bilhões.

Em seu discurso, o presidente minimizou a crise de alimentos, afirmou que não apenas o governo federal pode ser responsabilizado pelo retorno da inflação e voltou a dizer que a crise mundial dos alimentos "tem que ser encarada pelos brasileiros como uma extraordinária oportunidade para o país se tornar o celeiro do mundo". Já Stephanes atribuiu o aumento dos preços dos alimentos ao aumento do consumo mundial e também ao

aumento do preço do petróleo e das matérias-primas. E o papel do Brasil seria produzir mais para ajudar a diminuir ou para evitar que os preços subam mais.

O ministro citou como medidas de médio e longo prazos em andamento a reestruturação da dívida rural, o projeto de lei que cria o Fundo de Catástrofe (um resseguro em caso de tragédias climáticas que causem perdas de safra), o Plano de Aceleração do Crescimento da Pesquisa, os investimentos em infra-estrutura e logística e a defesa sanitária. Também deve ser lançado até dezembro um programa de incentivo à produção de adubos e fertilizantes.

É saudável essa preocupação de adotar políticas de mais longo prazo, que possam evitar que todos os anos se faça necessária uma intervenção emergencial das autoridades para corrigir os planos de plantio e de colheita para evitar os riscos de alta de preços para os consumidores, que desestrutura a economia. Essa preocupação, infelizmente, não se traduziu em outros avanços igualmente importantes, como o enfrentamento de graves problemas estruturais tais como a precariedade da logística de escoamento da produção e a disparada dos custos de produção. Além disso, o plano de safra eleva em 51% o volume de recursos do crédito rural com taxas de juros parcialmente bancadas pelo Tesouro, uma política que recebe muitas críticas por beneficiar uma parcela da economia em detrimento de outros setores.

Do total de R\$ 65 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial, R\$ 55 bilhões serão emprestados pelos bancos com taxas subsidiadas pelo caixa da União. Na safra passada (2007/08), o governo previa equalizar R\$ 45,4 bilhões. Com isso, o governo amplia de 63% para 85% o total de recursos cobertos por subsídios e espera elevar para além de 150 milhões de toneladas a produção total de grãos, fibras e cereais, atualmente em 143,3 milhões.

Na prática, o Tesouro Nacional paga a diferença entre o custo de captação do dinheiro no mercado - geralmente com taxa Selic - e os juros do crédito rural, cuja média é de 7,35% ao ano. Estima-se um custo total de R\$ 2,6 bilhões para o Tesouro com essas operações de equalização. Nos financiamentos de custeio, por exemplo, os produtores pagam 6,75% ao ano. Para esta modalidade, prevê-se um pacote de R\$ 45 bilhões cobertos pelo caixa do Tesouro - na safra anterior, foram previstos R\$ 36,5 bilhões.

Plano de safra expõe temor com inflação - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 03/07/2008

O governo defendeu nos últimos dias que a melhor maneira de conter a inflação de alimentos é elevar a oferta. Para comprovar a tese e fazer com que o agricultor responda à demanda com aumento de produção, confirmou ontem, ao anunciar em Curitiba os recursos e as medidas de apoio incluídas no Plano Agrícola e Pecuário 2008/09, reajustes expressivos para os preços mínimos de garantia para estimular o cultivo de feijão, milho, trigo e arroz. O feijão, como já havia sido anunciado teve aumento de 65,22%, para R\$ 80 a saca de 60 quilos. O preço do milho subiu 20% no Mato Grosso e Rondônia, para R\$ 13,20 a saca, e 17,86% nas regiões Sul, Sudeste, no Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, para R\$ 16,50. A saca de 50 quilos de arroz em Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi reajustada em 17,27% e passou de R\$ 22 para R\$ 25,80. A intenção, segundo o governo, é adequar a política aos novos preços e custos das commodities.

Para que o produtor sinta segurança em produzir mais sem correr o risco de ver o preço despencar, no lançamento do plano também foi prometido que o excedente da safra será comprado, e isso deverá ajudar a aumentar os estoques públicos de grãos, de 1,5 milhão de toneladas para cerca de 6 milhões de toneladas em 2009.

Estímulo à produção
Pontos do Plano Agrícola e Pecuário 2008/09 da agricultura empresarial

<p>■ Objetivo central Ampliar a produção, reduzir o impacto de quedas de preço no produtor, garantir o abastecimento interno e aumentar a igualização de preços e a renda dos produtores rurais</p>	<p>■ Apoio à comercialização Para o ano 2008/09 serão previstos R\$ 3,8 bilhões (R\$ 2,3 bilhões para aquisição de produtos e R\$ 1,5 bilhão para equalização de preços). Futuramente serão previstos contratos de compra e venda de produtos, que servirão para garantir renda ao produtor antes o início das negociações públicas, quando ocorrerem.</p>
<p>■ Crédito total R\$ 54 bilhões, 217% mais que em 2003/04. Divisão: investimentos controlados e investimentos do Brasil - R\$ 45 bilhões (R\$ 20 para controlados, R\$ 25 para total, 217% mais que em 2003/04)</p>	<p>■ Preços mínimos Até o ano 2008 (região de Santa Catarina e Rio Grande do Sul): saca de 50 kg para arroz de R\$ 22 para R\$ 25,30; feijão verde a saca de 60 kg para R\$ de R\$ 43,42 para R\$ 50; milho verde - Sul, Sudeste, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal: a saca de 50 kg para R\$ 14 para R\$ 16,53; milho Verde Oeste e Nordeste: a saca de 60 kg para R\$ 11 para R\$ 13,23</p>
<p>■ Crédito e comercialização Dois R\$ 45 bilhões, R\$ 95 bilhões para distribuição a curto e longo prazo. É de R\$ 12,5 bilhões que foram os R\$ 12,5 bilhões que foram obtidos em 2003/04.</p>	<p>■ Seguro rural O programa de Seguro Rural 2008/09 tem orçamento de R\$ 100 milhões por ano, R\$ 200 milhões em 2009. O governo não se compromete a pagar a 77 mil produtores a cerca de R\$ 1 milhão por ano e milhões de hectares. O projeto de lei que cria o Fundo de Cobertura de Risco Rural em Congresso Nacional</p>

Fonte: Ministério da Agricultura

Além das medidas pontuais, para as políticas de apoio à comercialização em geral estão previstos no plano R\$ 3,8 bilhões, dos quais R\$ 2,3 bilhões para a compra de produtos e R\$ 1,5 bilhão para a equalização de preços. O governo planeja fazer, antes do plantio, leilões de contratos de opções de venda, para garantir a renda dos produtores. Na colheita, quando os preços costumam cair, pretende fazer aquisições para regular o mercado na entressafra. No total, o plano do governo prevê R\$ 65 bilhões para financiamento da agricultura empresarial (sendo R\$ 45,4 bilhões a juros controlados, com encargo financeiro de 6,75% ao ano) e outros R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, reiterou que a agricultura é uma prioridade de governo, e que por isso o plano foi feito com apoio de outros ministérios, em especial Fazenda e Planejamento. "Não há mais conflitos entre a agricultura e a área econômica", disse.

Inflação, investimento em pesquisa para aumento da produtividade, seguro, medidas para diminuir a dependência de fertilizantes importados foram os principais temas tratados no evento, que pela primeira vez foi feito fora de Brasília. Stephanes adiantou que espera, em dois ou três anos, deixar de anunciar planos anuais, para lançar planos quinquenais ou com regras permanentes para o setor. O ministro destacou alguns pontos do atual plano,

entre eles o financiamento de R\$ 1 bilhão para recuperar áreas degradadas, o programa de agricultura familiar com juros de 2% ao ano (que será anunciado hoje, em Brasília) e o fim da chamada taxa flat de 4% em financiamentos do Moderfrota (linha do BNDES para a renovação de máquinas agrícolas). A taxa é recolhida por fabricantes de máquinas agrícolas para formação de um fundo do BNDES, que pode ser usado em casos de descolamento entre juros praticados e inflação.

Stephanes garantiu que até o fim do ano anunciará um plano para estimular a produção nacional de fertilizantes e reduzir a dependência de importação. A meta é que o país consiga maior autonomia em cinco anos e auto-suficiência em dez anos em matérias-primas derivadas de nitrogênio e fosfato.

A partir do plano lançado ontem, o governo também confirmou que espera aumento de 5% na produção nacional de grãos na nova safra, para 150 milhões de toneladas. Stephanes não acredita em reversão da alta de preços de alimentos no curto prazo, o que também motiva os produtores a plantar. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que o governo tem observado medidas adotadas por outros países, como o congelamento de produtos no México, mas reforçou que o Brasil tem o aumento da oferta como principal instrumento de controle de preços. Por isso, acrescentou, o governo vai melhorar a armazenagem.

O presidente Lula, que participou do lançamento, disse a conjuntura global cria um momento de oportunidade para o Brasil ratificar sua condição de celeiro do mundo. E pregou o fim da agricultura de subsistência, porque a palavra de ordem para os pequenos agricultores é dobrar a produção. "É para plantar o que der, para comer e para viver", disse. "Temos de dizer para os pequenos que ganhar dinheiro é bom, para comprar televisão nova, comprar carro". Lula avisou que o governo vai "tirar os penduricalhos" das dívidas rurais para ver qual o valor da dívida real e dar um prazo para o pagamento. "Só de pessoas que devem até R\$ 10 mil, há mais de cinco anos existem 2,6 milhões de processos", contou, acrescentando que há 11,6 milhões de processos na justiça por causa desses débitos. Segundo o presidente, a renegociação das dívidas, muitas delas "impagáveis" por causa de juros e mora, vai "desbloquear" a agricultura. O presidente voltou a falar dos confrontos na Rodada Doha da OMC, e afirmou que um acordo em torno dos subsídios agrícolas e bens industriais está próximo e pode acontecer até o final de julho. Lula também falou sobre a economia mundial e disse não ver motivos para o barril de petróleo ser negociado a US\$ 140. Segundo ele, bancos que perderam dinheiro na especulação imobiliária americana agora querem ganhar "especulando com petróleo e alimento".

Participaram do lançamento do plano 800 produtores do interior do Paraná, que foram trazidos em ônibus a Curitiba pela Federação da Agricultura do Paraná (Faep). No fim da tarde, o presidente da instituição, Ágide Meneguette, disse em nota que o plano é positivo, mas "não resolve gargalos que impedem avanços substanciais na agropecuária". Na opinião dele, o caso dos fertilizantes é urgente. A mesma opinião foi divulgada por parlamentares da bancada ruralista. Para o deputado federal Duarte Nogueira (PSDB-SP), ex-secretário de Agricultura de São Paulo, quando o assunto é safra, antecedência é mais que importante. Por isso ele acredita que o anúncio de uma solução só no fim do ano está previsto para o tempo errado. O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas, também fez reivindicações ao governo em Curitiba. O presidente Lula, em resposta, fez uma comparação de uma mulher que capricha na ceia de Natal, mas há sempre um filho que reclama que falta alguma coisa.

Um plano de safra realista – Estado de São Paulo – Notas e Informações - 04/07/2008

O governo lançou um plano de safra com o objetivo de elevar para 150 milhões de toneladas a colheita de cereais, fibras e oleaginosas - produtos como arroz, feijão, milho, soja, trigo e algodão. Se tudo der certo, haverá um aumento de cerca de 5% sobre a produção estimada para este ano, 143,3 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O plano é parte do esforço para conter a inflação, segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não é uma declaração para se levar muito a sério. Se tudo correr bem, será possível manter um bom abastecimento interno, como neste ano, e para sustentar um bom volume de exportações, como vem ocorrendo regularmente há muito tempo. Mas a evolução dos preços dependerá em boa parte do mercado internacional.

Se houver uma quebra na produção brasileira, as cotações serão pressionadas para cima. Derrubar os preços dos alimentos será mais complicado, mesmo com uma boa colheita: a evolução das cotações dependerá da oferta de outros grandes produtores, como os EUA e a Austrália, do nível dos juros internacionais e do custo dos insumos, a começar pelo petróleo. Na safra 2007-2008, ainda em curso, a produção brasileira deve ser 8,7% maior que a do período anterior, de acordo com a Conab. Não houve escassez de comida e mesmo assim os alimentos encareceram muito.

O plano é bom não porque possa produzir milagres contra a inflação, mas porque ajudará o agronegócio a continuar cumprindo papéis importantes para a economia nacional: abastecer o mercado interno com os melhores preços possíveis, garantir um bom resultado no comércio exterior e contribuir para o crescimento da indústria e dos serviços. De janeiro a maio, o superávit comercial do agronegócio chegou a US\$ 22,55 bilhões. Foi 22,58% maior que o de igual período de 2007, enquanto o superávit global do comércio brasileiro encolheu. Teria encolhido muito mais, sem o suporte do agronegócio.

O plano inclui R\$ 65 bilhões de financiamentos para a agricultura empresarial e R\$ 13 bilhões para a familiar. Dos R\$ 65 bilhões, R\$ 55 bilhões serão destinados a empréstimos para custeio e comercialização, um valor 12% maior que o da safra 2007-2008. A maior parte dessa fatia, R\$ 45,4 bilhões, será concedida com juros controlados. Os outros R\$ 10 bilhões irão para investimentos em máquinas, instalações, recuperação de áreas degradadas e adoção de práticas de conservação.

Os preços mínimos para arroz, feijão e milho são maiores, naturalmente, que os da safra 2007-2008, não só para estimular o plantio, mas também para permitir a recomposição dos estoques oficiais - que têm um custo considerável para o Tesouro, mas são um seguro contra grandes aumentos de preços e uma garantia importante de abastecimento e de proteção aos consumidores. O aumento mais notável é o do preço de garantia do feijão, de R\$ 48,42 para R\$ 80 por saca.

De modo geral, os instrumentos de política enumerados pelo governo são bem conhecidos e podem ser muito úteis, se manejados com eficiência e na hora certa, isto é, a tempo de impedir o agravamento dos problemas. A ampliação dos financiamentos e a elevação dos preços mínimos parecem, à primeira vista, apenas adequados ao grande aumento dos custos de produção e de transporte.

Houve, no entanto, pelo menos uma inovação digna de registro na apresentação do

plano: a linguagem usada pelo presidente ao referir-se à agricultura familiar. Os chamados agricultores familiares, segundo ele, devem plantar para ganhar dinheiro, escolhendo os produtos de acordo com sua avaliação de rentabilidade.

A promessa de recursos para mecanização das pequenas propriedades parece de acordo com essa atitude. Se for uma disposição sincera, corresponderá ao reconhecimento da pequena produção como atividade capitalista. As propriedades familiares mais produtivas - aquelas de fato responsáveis por boa parte da oferta de alimentos - tomaram esse caminho há anos, operando como segmentos do agronegócio.

Falta o presidente comunicar essa percepção à ala mais atrasada de seu governo, aquela empenhada em combater o capitalismo, a modernização tecnológica e a busca da competitividade na produção rural.

Agricultura familiar só vai receber R\$ 1 bi a mais – Fabíola Salvador e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 04/07/2008

A agricultura familiar, grande aposta do governo para elevar a oferta de alimentos e ajudar a conter a alta da inflação, vai contar apenas com R\$ 1 bilhão a mais para o financiamento da próxima safra. Parte desse adicional deverá ser corroída pelos custos mais elevados para a produção, por causa do aumento do preço do petróleo e de fertilizantes no mercado internacional. Ontem, no lançamento do programa, batizado de Mais Alimentos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não há “nenhum motivo para se perder meia hora de sono” com a inflação.

Ele criticou a especulação no mercado futuro de petróleo e de alimentos e acusou setores no Brasil de lucrarem com a expectativa de alta da inflação. Para Lula, há pessoas no País que estão antecipando aumentos de preços, querendo “ganhar dinheiro” à custa do temor de volta da inflação. O presidente disse que pediu ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, um diagnóstico sobre os motivos da especulação.

A oferta de crédito com juros mais baixos para a agricultura familiar subiu de R\$ 12 bilhões no ano passado para R\$ 13 bilhões neste ano. Desse total, R\$ 6 bilhões serão para a compra de tratores, máquinas e implementos agrícolas com até 15% de desconto. Os motocultivadores terão desconto maior, de 17,5%.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, previu que os preços do feijão, produto que teve forte influência na elevação dos índices de inflação, vão cair num prazo de até 180 dias, resultado das medidas de incentivo à produção. Stephanes rebateu as críticas de que as medidas de apoio à agricultura são “tímidas” e assegurou que, se for necessário, o governo vai aportar mais recursos para o campo.

A importância da produção da agricultura familiar, que responde por 70% do consumo de alimentos dos brasileiros, como a “salvação da lavoura” para o combate da inflação dominou os discursos no lançamento do programa. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, apontou a agricultura familiar como o principal caminho para o aumento da oferta de alimentos e controle da alta dos preços. Segundo ele, enquanto o índice dos preços agrícolas internacionais subiu 83% nos últimos

36 meses, o da cesta básica brasileira avançou bem menos: 25%. “Hoje, o mundo está aprensivo com o problema dos alimentos, é uma crise que prejudica os mais pobres. Estamos mais protegidos, mas não imunes”, afirmou.

Durante a cerimônia, o presidente Lula voltou a insistir na necessidade de aumento da produtividade agrícola e da modernização da agricultura familiar. Ele disse que não é mais aceitável ver o pequeno agricultor jogando a sementinha na terra com a mão e puxando a terra com o pé. E afirmou que a pecuária leiteira do País tem produtividade inferior à média de outros países. “Vamos tratar a nossa vaquinha com carinho, melhorar a ração, levar tecnologia e vamos produzir 5 ou 6 litros”, disse o presidente, arrancando risos da platéia.

No lançamento, foi assinado acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) que vai permitir aos agricultores comprar tratores e implementos agrícolas com até 15% de desconto. Lula fez um apelo aos governadores para que reduzam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre esses itens.

Presidente lança o 'Mais Alimentos' em Brazlândia – Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 04/07/2008

Disposto a apresentar o Plano Safra da Agricultura Familiar como uma das soluções para a crise dos alimentos, o presidente Lula resolveu inovar no marketing do governo. Ele se deslocou ontem pela manhã de helicóptero até Brazlândia, cidade do Distrito Federal a 40 quilômetros do Palácio do Planalto, para posar com pequenos agricultores numa plantação de goiabas. A família de origem japonesa Kubota, no cerrado há 34 anos, foi a escolhida como símbolo do programa batizado de 'Mais Alimentos'.

Lula fez 15 perguntas ao japonês Katsumi Kubota, que as respondeu de forma objetiva. Na chácara de Brazlândia, Lula assistiu o proprietário, Fernando Kubota, filho de Katsumi, assinar o contrato de financiamento para a compra do trator no valor de R\$ 68 mil. Nos 15 hectares da chácara, a família Kubota planta hortaliças e frutas que são vendidas em Brasília.

FetraF-Sul avalia o Plano Safra 2008/2009 – Sítio Eletrônico da Fetraf – 04/07/2008

O lançamento do Plano Safra Mais Alimento 2008/2009, ocorreu nesta quinta-feira (3), em Brasília. O Plano, possibilitará até 2010, um incremento na produção brasileira de alimento de 18 milhões de toneladas/ano. Esse aumento é mais que necessário, pois nos últimos 10 anos os estoques mundiais sofreram uma forte queda. A idéia é que o programa possa gerar mais produtividade assim como renda no campo. O plano no geral é satisfatório com algumas conquistas em relação aos últimos anos, mas são necessárias algumas análises:

- A unificação das linhas C, D e E, em uma única linha, chamada de Agricultura Familiar, assim como as taxas de juros mais baixas, proporcionarão o aumento do percentual de recursos acessados. Nos últimos anos o percentual chegou em 2004/2005 a 80%, em 2005/2006 78%, em 2006/2007 a 58% e em 2007/2008, até fevereiro o percentual era de 47,5% com uma possibilidade de chegar a 80% até junho, final do no ano safra.

- Algumas outras modificações merecem destaque ao serem avaliadas, como é o caso do desconto de até 15% para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, correção de solo, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares, formação de sistemas agroflorestais e melhoria genética próprios para a agricultura familiar, as quais proporcionarão melhores condições de trabalho aos agricultores familiares.

- O aumento do Seguro Agrícola Familiar para a produção de arroz, feijão, milho, trigo e mandioca significam um avanço, passando-o de R\$ 1.800,00 para R\$ 2.500,00. Assim como foi bem recebida à idéia da criação de uma linha de crédito específica para a recuperação e manejo de solo, com financiamentos de até 7 mil reais com juros de 1% ao ano. Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao incremento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são necessários maior investimentos e maior clareza nessas ações prioritárias.

- Reconhecendo a importância do avanço dos investimentos e do incremento dos recursos do PAA de 439,05 milhões para 623,2 milhões em 2008, o Programa Mais Alimentos não deu ênfase necessário para o PAA, programa fundamental para o desenvolvimento de atividades agrícolas nas pequenas propriedades rurais. A IV Jornada de Lutas da Agricultura Familiar, reivindicou através do PAC Mais Alimentos, recursos para o PAA de um bilhão em 2008, dois bilhões em 2009 e três bilhões em 2010, sendo que em 2008, foi aportado apenas 623,2 milhões e não o reivindicado pela categoria.

- Em relação a ATER foi um grande avanço o aumento do aporte de recursos em 229 milhões. A preocupação e falta de clareza na proposta se mantém. Mesmo com um incremento de 229 milhões, que serão investidos a mais que no plano safra 2007/2008, totalizando um valor para o plano safra 2008/2009 de 397 milhões, a Fetraf acredita que a forma como essa ATER será prestada aos agricultores continuará sendo uma preocupação. Existe a real necessidade de fortalecer as empresas públicas de assistência, mas a proposta é de 50% do valor seja aplicado nas organizações da sociedade civil que desenvolvem esse trabalho.

- No que refere ao Programa de Garantia dos Preços Mínimos (PGPAF), o qual mesmo ampliando seu acesso de 11 para 15 itens deixa preocupações. Os preços mínimos que foram disponibilizados podem ser muito abaixo do custo de produção hoje estabelecido. Por isso se acredita que os valores de alguns itens necessitam ser revistos. Outra questão é a necessidade de controle dos preços dos insumos. Sem esse controle a garantia dos preços mínimos é corroída pelos custos da produção.

A Agricultura Familiar, é responsável pela produção de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, por isso acreditamos que seja necessário uma valorização cada vez maior da Agricultura Familiar. Nós da Fetraf/CUT, somos responsáveis por muitas das conquistas desse plano, discutimos em vários momentos, assuntos aqui hoje contemplados ou não. Com isso, nós da direção da Fetraf/CUT, gostaríamos de dizer que todo o trabalho realizado por cada um e cada uma, apoiadores, articuladores, assessores, coordenadores, funcionários, agricultores e amigos, foi vitorioso. Assim, acreditamos que cada vez mais, é necessário que esse trabalho continue. **Altemir Tortelli - Coordenador Geral da Fetraf/CUT e coordenador adjunto da Fetraf Brasil.*

Lula lança plano agrícola - Luiza Damé e Chico de Góis – O Globo – Economia – 04/07/2008

BRASÍLIA. O presidente Lula lançou ontem o Plano Safra da Agricultura Familiar, com foco no aumento da produção de alimentos no país para combater a alta de preços.

Serão R\$ 13 bilhões para os pequenos produtores, sendo R\$ 6 bilhões para financiamento de equipamentos agrícolas e da produção de milho, feijão, arroz, mandioca, trigo, café, leite e ovos — o Mais Alimentos. A meta é aumentar em 18 milhões de toneladas a produção da agricultura familiar em três anos.

A linha de crédito para os agricultores oferece até R\$ 100 mil por família, com juros de 2% ao ano e pagamento em até dez anos. Os implementos agrícolas serão vendidos aos agricultores com descontos entre 11,5% e 17,5%. O plano também reduziu em 50% os juros dos financiamentos.

Lula disse que a inflação no país está sob controle: — Não há motivo para a gente perder meia hora de sono com isso. O que precisamos é estar alertas para não permitir que a inflação saia, efetivamente, de controle.

Pela manhã, o presidente assinou o primeiro contrato da linha Mais Alimentos na cidade-satélite de Brazlândia (DF), na chácara do agricultor Fernando Kubota. Lula brincou com jornalistas ao pegar uma batata-doce e perguntar se conheciam o tubérculo.

Como a resposta foi positiva, gracejou: — Não é. É um ponto de interrogação.

Depois, disse a Fernando que a cana que estava à disposição era para chupar, não para fazer etanol. Lula passeou e posou para fotos no trator comprado pelo agricultor por R\$ 68 mil. Ele terá um ano de carência e pagará em seis anos.

O Ministério da Fazenda anunciou ontem a substituição de Bernard Appy por Nelson Barbosa, atual secretário de Acompanhamento Econômico, na secretaria de Política Econômica. Appy, petista histórico, já vinha cuidando da Reforma Tributária e será secretário especial para reformas estruturais. Na primeira entrevista no cargo, Barbosa disse que o Brasil crescerá menos em 2009. O percentual de 5% deve ser alterado para entre 4,5% e 5% na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a ser enviada ao Congresso em agosto. Ele afirmou que as projeções da Fazenda indicam que a inflação — acumulada em 12 meses, até maio, em 5,6% — voltará ao centro da meta oficial de 4,5% no fim de 2009 ou no início de 2010. **(Colaboraram Henrique Gomes Batista e Geralda Doca)*

Pronunciamento do ministro sobre o Mais Alimentos – Sítio Eletrônico do MDA - 04/07/2008

Pronunciamento do ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, no Lançamento do Plano Safra Mais Alimentos

Senhor Presidente!

Este é o sexto Plano de Safra da Agricultura Familiar Brasileira. Foi no seu governo que os agricultores familiares e os assentados da Reforma Agrária conquistaram o direito e o reconhecimento de terem um Plano de Safra específico, que levasse em conta as peculiaridades, a importância e as potencialidades deste setor econômico que é responsável por 11% de todo o Produto Interno Bruto do nosso país.

Mas este Plano de Safra é completamente diferente dos demais. Nos outros, o Governo oferecia aos agricultores(as) um conjunto de políticas públicas a serem acessadas: crédito, juros, assistência técnica, seguro, comercialização. Agora, são os agricultores e agricultoras que estão oferecendo um Plano de Safra para toda a sociedade brasileira. Este é um Plano de Safra da Agricultura Familiar para o Brasil.

Hoje, o mundo todo está apreensivo com a pressão sobre o preço dos alimentos. Trata-se de uma crise que prejudica primeiro as camadas mais pobres das populações, aqueles que comprometem a maior parte de suas rendas com alimentação.

Nosso país vem sentindo os efeitos deste fenômeno. Menos do que em outros países, é verdade, mas é uma situação que nos preocupa. Enquanto, segundo dados da FAO, os preços da cesta básica de alimentos cresceram 83% no resto do mundo, no Brasil este crescimento foi de 25%. Estamos mais protegidos, mas não imunes. E estamos mais protegidos porque fomos capazes de construir uma agricultura familiar mais forte e mais competitiva. Já é sabido que em seu governo, Sr. Presidente, o volume de crédito do PRONAF cresceu de R\$ 2,3 para R\$ 13 bilhões. Mas estas cifras dizem pouco. O mais importante é que nos últimos cinco anos, um milhão de novas famílias foram integradas no sistema produtivo de crédito – o PRONAF – e então passaram a ter direito a assistência técnica, seguro agrícola, políticas de preços e comercialização.

Tão importante quanto: na região Norte, o Pronaf que era de apenas R\$ 201 milhões em 2003, passou para R\$ 850 milhões em 2007/2008. Um aumento de 323% que agregou no sistema 70 mil novas famílias.

No Nordeste do Brasil, crescemos de R\$ 393 milhões para R\$ 2,1 bilhões. 459% de aumento. E incluímos no PRONAF, 424 mil novas famílias.

Tudo isto tem contribuído para fortalecer a produção da Agricultura Familiar e dos assentamentos de Reforma Agrária. O caso da cadeia do leite é bom exemplo. Em poucos anos passamos de uma produção de 15 bilhões de litros/ano para 26 bilhões de litros/ano, o suficiente para garantir abastecimento interno. É um exemplo que mostra a capacidade de

resposta da agricultura familiar. Mas mesmo aí, no caso do leite, conseguimos aumentar a produção sem dar um salto de produtividade.

Outro exemplo é o que o Sr. viu hoje na propriedade do Fernando. Ele tem Pronaf, ele tem assistência técnica e, segundo a Emater, com os equipamentos que ele adquiriu, irá duplicar sua produção.

Durante décadas, Sr. Presidente, sucessivos governos desconsideraram a importância da Agricultura Familiar. Não houve política agrícola – tampouco política agrária – para este segmento. Isto travou o setor. Impediu sua modernização, seu acesso ao conhecimento e às novas tecnologias de produção. E o país sofreu com isso: sofreu com inflação, com êxodo rural, com desabastecimento.

Agora é hora de mudar radicalmente esta situação. Já avançamos muito nestes últimos cinco anos, mas precisamos avançar ainda mais. Primeiro porque é justo com os agricultores e agricultoras e, segundo – e mais importante – porque, neste momento da história, é o que país necessita.

O Brasil precisa de uma agricultura familiar forte, moderna e produtiva, capaz de imprimir um desenvolvimento sustentável no meio rural, para enfrentar a crise de longo curso que já pressiona os preços dos alimentos e tem conseqüências importantes nos índices de inflação.

Este é o sentido deste Plano de Safra 2008/2009 – o Programa Mais Alimentos. Um plano cuja meta principal é, em três anos, aumentar em 18 milhões de toneladas a produção de alimentos no país. 18 milhões de toneladas/ano, Sr. Presidente, significa dois meses e meio de abastecimento.

Este é o nosso objetivo para ajudarmos a garantir segurança alimentar para o nosso povo e contribuir no combate à inflação.

Para dar o salto de qualidade que queremos para a Agricultura Familiar e os assentados da Reforma Agrária, temos que garantir três elementos essenciais:

- Investimentos
- Conhecimento
- Comercialização

Estes são os pilares fundamentais deste Plano de Safra e, juntos, deverão produzir uma modernização acelerada da Agricultura Familiar, dotando-a de maior capacidade de resposta para produzir mais e melhores alimentos para toda a população. O primeiro eixo é o de investimento

Linha de crédito – R\$ 100 mil, 2% a/a, 3 de carência, 10 anos para pagar - para aquisição de tratores, implementos, maquinário, melhoramento de solos (acordo com ANFAVEA E ABIMAQ). São R\$ 6 bilhões neste ano, financiamento de 20 mil tratores. Em três anos serão R\$ 25 bilhões, beneficiando 1 milhão de famílias, com 60 mil tratores.

Mas no que se refere ao crédito, o Plano Safra 2008/09 vai além: simplificação do PRONAF, o que o Sr. Presidente sempre pediu, o fim dos grupos C, D, E para uma linha única, com juros mais baixos, entre 1,5% e 5,5%, dependendo do valor do financiamento.

Redução dos juros nos financiamentos de investimentos para 1% a/a.

Há, também, o novo crédito da Reforma Agrária, com mais recursos e mais adequado a realidade produtiva dos assentamentos. Os recursos para o Crédito de Instalação passam de R\$ 4,8 para 12 mil, com parcela de 2,4 mil reservada para implantar atividades específicas das mulheres assentadas.

O segundo eixo, Sr. Presidente, é o do conhecimento

Não queremos com o financiamento de investimento a que já me referi, repetirmos os velhos erros de políticas agrícolas do passado. Não queremos um tratoço, uma nova revolução verde ou a edição de um outro pacote fechado de tecnologia que impede a autonomia dos agricultores e não garante a preservação do meio-ambiente.

Queremos mais e melhor produção. Condições de trabalho menos penosas para agricultores e agricultoras. Queremos abrir e avançar no caminho de uma transição agroecológica, que garanta alimentos de qualidade para todos, com preços justos para quem produz e quem consome e com compromisso inabalável com a preservação do meio-ambiente.

Já é notável, Sr. Presidente, os avanços que temos obtido na assistência técnica. O orçamento de ATER passou de poucos e risíveis R\$ 3 milhões em 2003 para R\$ 397 milhões em 2008.

Mas aprendemos, juntos, que só recurso não resolve. É preciso garantir qualidade. É, acima de tudo, necessário garantir a continuidade dos serviços.

Por isso assinamos hoje um convênio com a EMBRAPA, para disponibilizar o conhecimento gerado no país para os nossos técnicos extensionistas e para pesquisarmos juntos com a EMBRAPA novas tecnologias mais adequadas aos padrões de produção da Agricultura Familiar e dos assentamentos de Reforma Agrária.

Nossos objetivos não são pequenos: queremos colocar 30 mil extensionistas em campo e universalizar a ATER em nosso país.

O terceiro eixo é o da comercialização. Aí, temos que falar de garantia de preço, de garantia de renda, de estoques reguladores. Temos, acima de tudo, que falar do PAA, um dos programas mais importantes e originais que fomos capazes de criar, no âmbito do CONSEA, junto com a CONAB e o MDS.

Os governos neoliberais praticamente destruíram as estruturas de armazenamento pelo mundo afora. A OMC e o Banco Mundial alardearam aos quatro ventos que era errado investir em estoques reguladores, que os custos de carregamento eram altos..... que, adivinhem..... o mercado em sua infinita sabedoria seria capaz de garantir o abastecimento sem a ajuda dos Estados. E como tudo que eles previram, deu errado!!!

Hoje, a falta de estoques e a pouca capacidade de armazenamento público, são elementos essenciais deste ambiente econômico que estimula a especulação com os alimentos.

Há que se refazer esta história, ampliando nossas estruturas de armazenamento, tanto públicas quanto privadas e garantindo preços mínimos capazes de dar segurança para quem produz. É o que já estamos fazendo junto com o Ministro Reinhold Stephanes. Mas acima de tudo, neste momento, é extraordinário podermos contar com um programa como o PAA. Já temos o decreto da merenda escolar. Mais recursos, para garantir mais estoques

reguladores. Ampliação do leque de produtos, abarcando a diversidade da produção rural brasileira. Ampliação do limite de compra por família.

Este é o núcleo do nosso Plano de Safra, Sr, Presidente. O núcleo do MAIS ALIMENTO. A chave para produzirmos mais e melhor.

Estamos confiantes. Penso que este plano que contou com a contribuição – e porque não dizer com a militância mesmo – de tanta gente, da Casa Civil e do Ministério da Fazenda, em especial, mas também do MAPA, do Ministério do Planejamento, do CONSEA... este Programa combina ousadia e responsabilidade.

Para enfrentarmos a crise e sairmos vitoriosos, senhor presidente, o caminho é mesmo mais produção. E para termos mais produção teremos que ter mais crédito, mais assistência técnica, mais PAA, mais Reforma Agrária e mais Agricultura Familiar. Este Plano de Safra tem tudo isto. E vai dar certo!

Muito obrigado!

Lula: vamos produzir mais alimentos para o Brasil e o mundo – Sítio Eletrônico do MDA - 04/07/2008

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou nesta quinta-feira (3), durante o lançamento do Plano Safra Mais Alimentos, que aumentar a produção e a produtividade da agricultura familiar são desafios que não devem causar preocupação ao País. “Nós temos que dizer ao mundo que a inflação de alimentos a gente vai combater, aqui neste país chamado Brasil, produzindo muito mais alimentos”, assegurou. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Plano Safra Mais Alimentos destinará R\$ 13 bilhões para financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no período 2008/09. O foco está na modernização, no conhecimento e na comercialização dos produtos visando aumentar a produção de alimentos.

O discurso entusiasmado do presidente motivou aplausos de agricultores familiares e de representantes de movimentos sociais ligados ao campo, que lotaram o auditório do Museu Nacional, em Brasília. Também participaram do lançamento do Plano o vice-presidente da República, José Alencar; a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; a ministra interina de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Arlete Sampaio; a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; o ministro da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca, Altemir Gregolin; e o ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, entre outras autoridades e parlamentares. Para ministro Cassel, este Plano Safra diferencia-se dos demais por focar a produção de alimentos. “Este Plano é completamente diferente dos demais. Nos outros, o Governo oferecia aos agricultores um conjunto de políticas públicas. Agora, são os agricultores e agricultoras, junto com o governo, que estão oferecendo um Plano de Safra para toda a sociedade brasileira. Este é um Plano de Safra da Agricultura Familiar para o Brasil”, destacou Cassel.

Crise é oportunidade - Lula disse ter certeza de que o atual momento oferece à agricultura familiar uma extraordinária oportunidade para ampliar sua participação no

mercado consumidor mundial. “Estamos convencidos que a China vai comer mais, que a Índia vai comer muito mais, que a América Latina vai comer muito mais, e que a África vai comer muito mais. Então, não podemos continuar com a mesma produtividade. Temos que plantar mais. Nós temos terra, temos sol, temos árvores e temos mais conhecimento da tecnologia da agricultura tropical”, ressaltou. No Brasil, a agricultura familiar responde por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e representa 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País.

O ministro Guilherme Cassel informou que a meta do Plano Safra Mais Alimentos é aumentar em 18 milhões de toneladas a produção de alimentos até 2010. “Hoje, o mundo todo está apreensivo com a pressão sobre o preço dos alimentos. Trata-se de uma crise que prejudica primeiro as camadas mais pobres das populações, aqueles que comprometem a maior parte de suas rendas com alimentação”, disse Cassel.

Segundo ele, o Brasil já vem sentindo os efeitos deste fenômeno. “Menos do que em outros países, é verdade, mas é uma situação que nos preocupa”, relatou. Enquanto, segundo dados da FAO, os preços da cesta básica de alimentos cresceram 83% no resto do mundo, no Brasil este crescimento foi de 25%. “Estamos mais protegidos, mas não imunes. E estamos mais protegidos porque fomos capazes de construir uma agricultura familiar mais forte e mais competitiva”, enfatizou.

Para alcançar o objetivo de aumentar a produção de alimentos, foram criados mecanismos estruturantes de longo prazo. Uma das medidas é uma linha de crédito para investimento na infra-estrutura produtiva da agricultura familiar, como compra de máquinas e equipamentos, correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares e sistemas agroflorestais. Lula comentou a nova linha de crédito, afirmando que ela possibilitará o acesso da agricultura familiar à tecnologia, com melhora da produtividade.

“Não é mais aceitável você ver na televisão um companheiro jogando uma sementinha no chão com a mão e puxando a terra com o pé. Essa idéia da cultura de subsistência tem que acabar, nos temos que dar às pessoas capacidade de produzir”, disse o presidente. Para isso, foi assinado um termo de cooperação com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Implementos (Abimaq). O objetivo é assegurar a redução de até 17,5% nos preços de tratores, máquinas e implementos agrícolas.

Metas e avanços - Na safra 2008/09, a linha de crédito para investimento e infra-estrutura será contemplada com R\$ 6 bilhões. Até 2010, o volume de recursos chegará a R\$ 25 bilhões, beneficiando 1 milhão de produtores familiares e comercializando 60 mil tratores, além de 300 mil máquinas e implementos agrícolas. O limite de crédito por produtor é de R\$ 100 mil, com prazo de até dez anos para pagamento, carência máxima de três anos e juros de 2% ao ano.

Cassel frisou que outro mecanismo estruturante do Plano Safra Mais Alimentos é a ampliação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Um termo de cooperação nesse sentido foi assinado durante a cerimônia desta quinta-feira pelo MDA, a

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa) e a Associação Brasileira das Instituições Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

Além de aumentar de R\$ 168 milhões para R\$ 397 milhões os recursos para Ater, a rede no campo será ampliada de 20 mil para 30 mil técnicos. O ministro do Desenvolvimento Agrário lembrou que é uma evolução considerável se comparada a 2003, quando o recurso para Ater era de apenas R\$ 3 milhões.

Outra mudança destacada por Cassel foi a assinatura de um convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para pesquisa conjunta de novas tecnologias para os padrões de produção da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. O ministro acrescentou que também serão apoiados projetos de organizações estaduais de pesquisa voltados à produção de tecnologias que contribuam para a promoção da sustentabilidade econômica, ambiental e social da agricultura familiar – tudo em conjunto ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Como reforço à comercialização, terceiro eixo do Plano Safra Mais Alimentos, o ministro Cassel explicou que a cobertura do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) foi ampliada de 11 para 15 produtos, com a inclusão das culturas de pimenta-do-reino, trigo, cebola e mamona. Outro avanço, segundo ele, é o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido em conjunto pelo MDA e os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Já neste ano, a merenda escolar poderá ser feita com produtos da agricultura familiar, que serão adquiridos com recursos liberados pelo Ministério da Educação (MEC).

Movimentos sociais - O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos, afirmou que o Mais Alimentos não é importante apenas pelo volume de recursos que movimenta, mas, sim, pela assinatura de compromissos que farão avançar a capacidade produtiva do agricultor familiar. “Eu acredito numa agricultura familiar capaz de ter acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica, a produzir para consumir e vender o excedente para viver feliz no campo; este é o sonho de todos os agricultores e é com esse espírito que estamos aqui no lançamento do Mais Alimentos”, disse ele.

A coordenadora nacional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf), Elizângela dos Santos, também fez uma avaliação positiva do momento atual e destacou o crescimento da agricultura familiar nos últimos anos. Ela ressaltou que o Mais Alimentos ajuda a superar dois grandes desafios da agricultura familiar no País: a organização da produção e a valorização dos produtos.

A representante da Via Campesina, Maria José da Costa, afirmou que o Plano Safra Mais Alimentos faz justiça ao trabalho do agricultor familiar e deve ser baseado no modelo da agroecologia. “O Mais Alimentos deve apontar para uma nova matriz produtiva, baseada na agroecologia, no respeito, na dignidade humana e na vida”.

Governo confirma plano para turbinar agricultura familiar - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 04/07/2008

Na mesma linha de elevar a produção para reduzir o impacto da carestia dos alimentos nos índices inflacionários, o governo confirmou na quinta-feira os planos de "modernização" da agricultura familiar com base no modelo de forte mecanização adotado pelo agronegócio empresarial.

O orçamento para investimento nas pequenas propriedades crescerá R\$ 1,2 bilhão, chegando a R\$ 6 bilhões no ano-safra 2008/09, iniciado em 1º de julho. No total, o segmento familiar terá R\$ 13 bilhões para financiar operações de custeio e comercialização da safra.

Mas a idéia de "acabar com a agricultura de subsistência", defendida pelo presidente Lula no lançamento do Plano de Safra 2008/09, acendeu um debate ideológico ao chocar-se com a posição política dos movimentos sociais ligados ao campo, que rejeitam o modelo empresarial. "Os mini-produtores não vão deixar de existir. Temos é que acabar com a idéia de que o familiar produz só um saquinho de feijão, uns litros de leite", diz o presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos. "Isso afeta a questão política".

O coordenador da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil), Altemir Tortelli, diz que o setor "não tem nada a aprender" com o agronegócio empresarial. "Trabalhamos a auto-suficiência e a produção de excedentes para melhorar o padrão de vida. Se o Lula acha que só interessa o empresário, ele está errado", diz. "Não queremos aprender nem reproduzir o modelo do agronegócio, com agrotóxicos e custos de produção altíssimos".

Nova agricultura familiar Pontos do Plano de Safra 2008/09 do segmento	
Orçamento	Reforma agrária
<ul style="list-style-type: none">■ Sobee R\$ 12 bilhões, para R\$ 13 bilhões■ Investimento passa de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 6 bilhões. Linha iMais Alimentos oferece R\$ 100 mil de limite, juros de 2% ao ano e prazo de até dez anos, com carência de três e opção por equivalência-produção. Financia, com desconto médio de 15%, tratores até 75 cv, máquinas, equipamentos e implementos, além da correção de solos, armazenagem, pomares, genética e florestas	<ul style="list-style-type: none">■ Crédito para instalação sobee de R\$ 4,8 mil para R\$ 12 mil por família■ Limite de custeio elevado de R\$ 3,5 mil para R\$ 5 mil e operações de investimento, de R\$ 18 mil para R\$ 21,5 mil
Assistência técnica	Preços mínimos
<ul style="list-style-type: none">■ Orçamento passa de R\$ 168 milhões para R\$ 397 milhões■ Amplia rede de extensionistas de 20 mil para 30 mil, com contratos simplificados	<ul style="list-style-type: none">■ Eleva orçamento de R\$ 439 milhões para R\$ 623,2 milhões em compras diretas de 15 produtos (incluindo trigo, cebola, mamona e pimenta) pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)■ Preços mínimos até 56% mais altos
Acesso ao crédito	Seguro
<ul style="list-style-type: none">■ Unificação dos grupos C, D e E■ Redução dos juros: custeio cai de 3% a 5,5% para 1,5% a 5,5% ao ano e investimento, de 2% a 5,5% para 1% a 5% ao ano	<ul style="list-style-type: none">■ Cobertura de 100% do financiamento sobee de R\$ 1,8 mil para R\$ 2,5 mil em arroz, feijão, milho, trigo e mandioca■ Garantia de até 65% da receita líquida esperada por propriedade

No discurso do presidente, o novo plano da agricultura familiar "é o mais sólido" dos últimos anos porque permitirá o "salto de qualidade" e a "noção do potencial produtivo" do setor. "Se [o produtor] planta dez, vamos plantar 20", disse. O governo espera adicionar 18,6 milhões de toneladas anuais à produção da agricultura familiar até 2010. "É igual ao consumo de dois meses e meio do Brasil", disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

O plano de mecanização da produção familiar, similar ao "Moderfrota" oferecido aos empresários a partir de 1998, prevê um forte subsídio ao financiamento de tratores, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. Um acordo inédito firmado com a indústria (Abimaq) permitirá descontos médios de 15% para até 20 mil tratores com potência de até 75 cavalos.

Os empréstimos de até R\$ 100 mil por beneficiário terão juros anuais de 2%, dez anos de prazo para pagar e três de carência. Até 2010, o governo prevê financiar 60 mil tratores e 300 mil equipamentos agrícolas com R\$ 25 bilhões de orçamento para investimentos no campo. "Agora, teremos crédito rápido, fácil e barato para alavancar as vendas", comemorou Francisco Maturro, diretor da indústria Marchesan, dona da marca Tatu.

Nos planos do governo, estão o fortalecimento da assistência técnica com reforço de orçamento. Serão usados R\$ 397 milhões para azeitar as ações de uma rede estimada em 30 mil extensionistas. A Embrapa ganhará R\$ 15 milhões para ajudar na difusão tecnológica. "Sem isso, não funcionaria", afirmou o secretário de Agricultura Familiar, Adoniran Sanches.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário prevê ainda a ampliação do seguro rural de crédito e de renda dos produtores, e elevação dos recursos para a compra direta da produção familiar via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Companhia Nacional de Abastecimento terá R\$ 623,3 milhões para comprar uma lista de 15 produtos do segmento. "Com seguro e compras garantimos a renda do produtor", disse Sanches. Neste ano, a Conab também comprará R\$ 700 milhões em produtos do setor para a merenda escolar.

Após 15 anos da CPMI do Endividamento, tema continua atual - Sítio Eletrônico da CNA - 08/07/2008

Após 15 anos da publicação das conclusões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Endividamento, a questão do endividamento rural continua atualizada. "Até mesmo o Presidente da República reconheceu recentemente que a dívida é impagável", afirmou o presidente da Comissão Nacional de Crédito Rural da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Rivaci Sperotto. Durante o Seminário 15 anos da CPMI do Endividamento: o que mudou no cenário atual, em Porto Alegre (RS), em 7/7, Farsul e Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (Iejur) promoveram um resgate histórico das conclusões da CPMI, que resultou na publicação da Lei de Securitização dos débitos agrícolas.

Na abertura, Sperotto ressaltou a permanente campanha do Governo Federal pela produção de alimentos. "No primeiro mandato, Lula se elegeu com a cesta básica e, no

segundo, com o Bolsa Família. É hora de lembrar o trabalho importante da CPMI”, disse o presidente da Comissão Nacional de Crédito. Além do debate com especialistas sobre os resultados da CPMI e as recomendações que não foram cumpridas pelo Executivo, também foi tema de análise crítica a Medida Provisória 432 e as Resoluções do Bacen que a regulamentaram. No final, foram homenageados senadores, deputados e assessores que integraram a CPMI em 1993.

Ex-deputado federal, hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Victor Faccioni, um dos proponentes da CPMI, falou sobre produção de alimentos, bioenergia e sua correlação com o meio-ambiente. “Ou despertamos o Governo para essa realidade ou iremos para um desastre sócio-ambiental”, disse Faccioni. Ele lembrou a queda na produção de 20 milhões de toneladas de grãos ocasionada pela retirada dos recursos da agricultura pelo Governo Fernando Collor de Melo. De acordo com o conselheiro, após a mobilização da Farsul e CNA, o ex-presidente Collor mudou os valores para o crédito rural, mas não os condicionantes. Lembrou que a CPMI nasceu no Rio Grande do Sul por pressão dos produtores rurais.

Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, na Câmara dos Deputados, e relator adjunto da CPMI, o deputado Valdir Colatto (PMDB/SC) lembrou a importância do depoimento do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que ajudou a mudar a imagem dos produtores rurais, taxados na época como caloteiros e destruidores do meio-ambiente. O deputado catarinense acredita que será possível votar a Medida Provisória 432 antes do recesso parlamentar, que começa dia 17 de julho. “O principal avanço será a permissão para o produtor que renegociar receber novo financiamento”, disse Colatto.

O papel das entidades do setor na conscientização da sociedade sobre a importância da agricultura foi destacado pelo presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS). Também ressaltou que a MP 432, publicada recentemente pelo Executivo, “é um paliativo”, pois “o Presidente Lula não conhece a realidade da agricultura brasileira”. Afirmou, ainda, que “hoje há oportunidades para o Brasil, que tem condições de ampliar rapidamente a produção, mas falta logística e infra-estrutura.” Ao falar em nome dos deputados que participaram da CPMI, o ex-deputado federal Aldo Pinto afirmou que considera a TR como juro. Para ele, “existe duplicidade de juros no País porque a taxa ainda está na dívida agrícola”. Ele relatou, ainda, as manobras dos bancos e do Governo Federal para aumentar as cobranças ilegais com as dívidas. “Dívida é para ser paga, mas sem abusos”, afirmou. Representando os senadores gaúchos, o senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS) disse que pretende ler o relatório da CPMI e acompanhar as votações da MP 432.

A parceria permanente com o agronegócio gaúcho e com a Farsul foi destacada pelo presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará, José Ramos Torres de Melo. Ele fez críticas à dicotomia no trato aos usineiros, afirmando que “ora são bem-vindos, ora são vilões”. Também criticou o Ministro do Meio-Ambiente e o tratamento dado aos produtores brasileiros. “O Norte e o Nordeste têm condições diferenciadas. É necessário respeitar as regionalidades”, concluiu. Também foi anunciado, durante o seminário, o apoio do governo gaúcho à Medida Provisória da renegociação das dívidas rurais. Como representante da governadora Yeda Crucius, o secretário estadual da Agricultura, João Carlos Machado, enfatizou também a necessidade de mobilização do setor para pressionar mudanças. Destacou, também, a ação da governadora na defesa do direito de propriedade.

Ao encerrar o encontro, no auditório da Farsul, o presidente do Iejur, Ricardo Alfonsin, afirmou que o seminário “15 anos da CPMI do endividamento” é o primeiro movimento de uma mobilização maior, que deverá acontecer em Brasília, em agosto. Ele lembrou que os resultados alcançados na época foram positivos, mesmo que não tenham atingido o ideal. Alfonsin destacou, ainda, a importante contribuição do Judiciário nos resultados da CPMI. Segundo ele, o seminário representa um resgate histórico, muito importante nesse momento de discussão da MP que, depois de aprovada, será muito difícil alterar. Manifestaram-se, ainda, o desembargador Francisco José Moesch, representando o Tribunal de Justiça, e o deputado estadual Cassiá Carpes, vice-presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Placas comemorativas – Após o painel de abertura do seminário, foram entregues placas e quadros comemorativos dos 15 anos da CPMI do Endividamento Rural aos deputados que participaram dos trabalhos da Comissão. Enquanto o deputado Valdir Colatto e o ex-deputado Victor Faccioni receberam placas registrando a data comemorativa, foram entregues aos ex-deputados Aldo Pinto, Carlos Azambuja e Adroaldo Streck quadros com reportagem publicada no Jornal Sul Rural, da Farsul. Participaram do seminário parlamentares, autoridades, dirigentes de entidades do agronegócio e produtores rurais.

Mudanças na MP – As propostas de alteração da Medida Provisória 432, que trata da renegociação da dívida agrícola, apresentadas por produtores e pelo relator, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), foram tema de painel realizado durante o evento que marcou os 15 anos da CPMI do Endividamento Rural. Entre as sugestões apresentadas, o presidente do Sistema Farsul, Carlos Sperotto, sugeriu que seja agendada audiência com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para detalhar as reivindicações do setor, comprovando a necessidade com argumentos convincentes. Para Sperotto, “é o momento de aproveitar a valorização da agricultura feita pelo Presidente da República nos discursos de lançamento dos planos de safra da agricultura empresarial e familiar”. Heinze reiterou a intenção de votar a MP antes do recesso parlamentar, até 17/07, porque os bancos estariam aguardando o resultado para liberar financiamentos e fazer renegociações. Ressaltou que, com as regras atuais, haverá dificuldade para pagamento das dívidas de custeio e investimento. Recomendou aos produtores que façam carta pedindo prorrogação no prazo de pagamento dentro dos prazos já estendidos. O relator da matéria convidou as entidades para participarem das discussões sobre mudanças na MP ao longo da semana, em Brasília.

O presidente do Iejur, Ricardo Alfonsin, salientou que a negociação caso a caso complica o processo, exigindo uma medida mais ampla. O presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Ceará, José Ramos Torres de Melo, defendeu a idéia de pequenos grupos de produtores acompanharem as audiências com o Governo para fortalecer as reivindicações. “A presença de parlamentares de diferentes Estados e partidos também é fundamental”, reforçou Torres de Melo. Ele defende que seja levado um documento enxuto ao presidente Lula, para que possa entender a realidade do setor. Para o dirigente, é necessário mudar a estratégia de negociação com o Governo.

Avaliação – Ao analisar os resultados obtidos pelo seminário, o presidente do Sistema Farsul, Carlos Sperotto, salientou que “senadores e deputados construíram um marco regulatório para a dívida”. Quanto à Medida Provisória do endividamento, disse que o relator da MP 432, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), saiu do evento com total apoio do setor. As entidades estão finalizando propostas, que serão levadas até o final da semana às reuniões com o relator, em Brasília.

Banco do Brasil anuncia aumento de 25% no volume de recursos a agricultor – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008

O Banco do Brasil pretende aumentar em 25% o volume de recursos destinado ao financiamento da safra agrícola que começa a ser plantada neste segundo semestre. O plano do BB é direcionar R\$ 30,8 bilhões para empréstimos a grandes produtores e R\$ 7,8 bilhões para a agricultura familiar.

Os números foram anunciados ontem pelo vice-presidente de Agronegócio do BB, Luís Carlos Guedes Pinto. Na última safra, o banco liberou R\$ 24,7 bilhões nas suas operações de crédito rural. Segundo o executivo, além do maior orçamento deste ano, o BB também vai oferecer quantidade maior de financiamentos com juros controlados, de 6,75% ao ano.

Na safra passada, cerca de 70% dos empréstimos tinham essa taxa mais baixa. Agora, o orçamento do BB prevê que essa parcela chegue a 80%. Nas demais operações, os juros variam de 12,5% a 17% ao ano.

Segundo Guedes, o objetivo do banco é estimular a produção agrícola no país, assunto que tem preocupado o governo devido ao impacto que o aumento nos preços dos alimentos tem tido sobre a inflação.

O esforço do BB faz parte de um pacote anunciado na semana passada pelo presidente Lula, que prevê a destinação de R\$ 65 bilhões para o setor agrícola, além de R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar. O governo estima que a produção de grãos chegue a 150 milhões de toneladas na próxima safra, 5% mais em relação à colheita passada.

Guedes disse que, além do maior volume de empréstimos ao setor, também espera maior procura pelo seguro rural, que oferece uma proteção caso ocorram problemas climáticos que prejudiquem a produção.

Na safra 2007/8, segundo o BB, 51% do financiamento ao custeio da safra foi feito com seguro rural. O mecanismo, que era negociado apenas nos Estados do Centro-Oeste, em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia, agora também será oferecido no Tocantins, no Maranhão, no Piauí, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Os agricultores já podem procurar o banco para obter informações sobre crédito rural.

BB tenta "massificar" hedge em 2008/09 - Azelma Rodrigues – Valor Econômico – Agronegócios - 08/07/2008

Em linha com uma política já aprofundada na safra 2007/08, o Banco do Brasil reforçou ontem, em Brasília, que montou uma estratégia de "massificação" das operações de hedge para a liberação de crédito rural nesta temporada 2008/09, que oficialmente começou em 1º de julho passado.

Para Luiz Carlos Guedes Pinto, vice-presidente de agronegócios do BB, em um cenário de forte demanda global por alimentos e sucessivos recordes da produção brasileira de grãos é preciso planejamento de longo prazo, inclusive com maior utilização do mercado

futuro para o travamento de preços. Nesse sentido, uma das metas é aproveitar as elevadas cotações para ampliar a proteção à renda do agricultor.

O BB deve responder por R\$ 30,8 bilhões em liberações de crédito rural em 2008/09, ou 40% do total (R\$ 78 bilhões) de recursos anunciados pelo governo federal na semana passada, destinado às agriculturas empresarial e familiar. Nas operações de hedge, o objetivo é mais que dobrar o valor dos contratos, de R\$ 350 milhões em 2007/08 para R\$ 750 milhões. O foco será a soja. Do crédito total a ser liberado pelo banco, R\$ 23 bilhões estarão à espera da agricultura empresarial, 23% mais que em 2007/08, e R\$ 7,8 bilhões irrigarão a agricultura familiar, salto de 30%.

Ex-ministro da Agricultura e engenheiro agrônomo, Guedes explica que é preciso acabar com o comportamento crônico que ataca o produtor rural e, por tabela, o BB como principal agente financiador do setor. "Não podemos deixar perpetuar esses ciclos de crise e euforia", afirmou, referindo-se às oscilações de preços que historicamente têm gerado mais perdas do que ganhos ao agronegócio, como também infundáveis renegociações de crédito.

José Carlos Vaz, diretor de agronegócio do BB, informou que as "travas de preços" no mercado futuro têm crescido a uma média de 15% por safra, o que ele acha pouco. Mesmo diante de uma tradição de décadas de uso do mercado futuro por americanos e europeus, Vaz prefere não rotular o país de atrasado, mas admite haver um problema cultural severo. Para ele, "a BM&F e o agronegócio brasileiros são vanguarda entre os países de agricultura tropical".

Pela limitação cultural, o diretor diz que a orientação dos técnicos do banco é "convidar" o produtor a fazer contratos com hedge no mercado futuro. "O Brasil tem condições de pensar as perspectivas da agricultura no longo prazo", completa Guedes Pinto. O vice-presidente do BB lembra que "só a demanda da China por soja triplicou".

Outro ponto importante para a segurança do produtor - e que também vem sendo estimulada pelo governo - é a adoção de seguro rural com prêmio subsidiados. Na última safra, cerca de 51,2% dos recursos de custeio liberados pelo BB estavam segurados (R\$ 2 bilhões pelo seguro agrícola e R\$ 4,3 bilhões pelo Proagro). Nessa área, o governo de Minas Gerais seguiu o de São Paulo e vai garantir 25% do prêmio das apólices, de forma que o agricultor arcará com apenas 25%, já que o governo federal subsidia 50%. Outros Estados podem adotar políticas similares.

Guedes Pinto afirmou que a partir de agosto os pedidos de crédito rural poderão ser feitos pela internet. A informatização está em curso, para acolhimento, envio e acompanhamento das propostas, que terão a liberação também automática segundo o cadastro de cada produtor. O crédito rural eletrônico incluirá revendas de máquinas ou insumos.

Cassel apresenta Mais Alimentos no Senado – Sítio Eletrônico do MDA – 09/07/2008

O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, apresentou, nesta quarta-feira (09), o programa Mais Alimentos e políticas de incentivo à agricultura familiar na comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Cassel expôs aos senadores temas como a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, avanços na reforma agrária, financiamento, seguro para a produção e regularização fundiária.

O ministro destacou a importância da agricultura familiar, setor composto por 4,2 milhões de famílias, responsável pela produção de 70% dos alimentos que vão para as mesas dos brasileiros. “A alta no preços dos alimentos mostra, hoje, a importância da agricultura familiar, um setor que até pouco tempo atrás era desconsiderado. E a agricultura familiar tem essa importância porque é ela que tem a capacidade de dar a resposta rápida, que o momento exige”. Veja os principais pontos da apresentação:

Reforma Agrária - Cassel destacou o esforço do governo em assentar famílias, garantindo qualidade vida e condições de trabalho, por meio da concessão de crédito, assistência técnica e social. “Em cinco anos assentamos 478 famílias, mais que a metade dos assentamentos realizados em toda a história do Brasil. Além do acesso a terra, estamos promovendo acesso a crédito e ao conhecimento. Hoje sabemos que o crédito sem assistência técnica só gera endividamento”. Outro destaque foi a política de seguros para a agricultura familiar. “O Seguro faz toda a diferença para quem vive no campo. Esta foi uma demanda histórica dos agricultores familiares. Hoje garantimos preço mínimo e seguro contra intempéries.” disse o ministro, ressaltando, ainda, a baixa inadimplência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em torno de 3%.

Mais Alimentos - O ministro também expôs aos senadores o principal objetivo do Programa Mais Alimentos: expandir a oferta de alimentos por meio do aumento da produtividade da agricultura familiar. “Vamos elevar em 18,6 milhões de toneladas até 2010. São 150 produtos da agricultura familiar que fazem parte do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), o que representa 25% do índice. Controlar estes preços, aumentando a demanda é controlar a inflação”.

"Mais Alimentos" estimula setor de máquinas agrícolas - Sérgio Bueno – Valor Econômico – Agronegócios - 09/07/2008

Lançado no início deste mês pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para aumentar a produtividade da agricultura familiar, o plano safra "Mais Alimentos" também começa a acelerar os investimentos dos pequenos fabricantes de máquinas agrícolas. Em Venâncio Aires, a 130 quilômetros de Porto Alegre, a Tramontini decidiu antecipar em três meses um programa de R\$ 3,5 milhões para dobrar a capacidade de produção de 150 para 300 tratores e microtratores por mês, financiado exclusivamente com recursos próprios.

Segundo o gerente comercial Júlio Cercal, pelo plano original a expansão iniciada no fim do ano passado seria concluída em meados de 2008, mas o cronograma foi puxado para o primeiro trimestre. A empresa vem operando a 100% da capacidade e com o novo plano safra as encomendas já devem começar a crescer em cerca de 60 dias, o que pode levar à abertura do segundo turno de produção antes do fim das obras.

O governo quer estimular a venda de 60 mil tratores e 300 mil implementos agrícolas para os pequenos produtores até 2010. Para isso, o plano safra prevê empréstimos de até R\$ 100 mil por propriedade para investimentos em mecanização e infra-estrutura,

com juros de 2% ao ano e dez anos para pagamento, com três de carência. A linha já está disponível.

O MDA também negociou com Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) a concessão de descontos que variam de 11% a 15% nos preços dos tratores de 15 a 75 cavalos. Conforme Cercal, as reduções serão bancadas pelos fabricantes e pelos revendedores, que assumiram o compromisso de manter os preços fixos durante um ano, com a perspectiva de compensar o ganho menor por unidade com o aumento dos negócios.

Fundada em 1984, a Tramontini vende de 600 a 800 microtratores de 12 a 18 cavalos de potência e mais de 1 mil tratores de quatro rodas de 30 e 50 cavalos por ano. A empresa não revela faturamento, mas em 2008 os volumes comercializados devem crescer entre 50% e 60% puxados pelo plano safra, calculou Cercal.

Toda a produção é destinada ao mercado interno, sendo 50% a 55% no Sul, 20% no Sudeste e o restante nas demais regiões. Segundo ele, a empresa distribui seus produtos por meio de uma rede de mais de 80 revendas multimarcas no país, também responsáveis pelos serviços de assistência técnica e comercialização de peças de reposição.

Com a expansão da linha de produção, o número de funcionários em Venâncio Aires deve crescer cerca de 35% sobre os atuais 103 até o início de 2009, informou Cercal. "Neste ano estamos batendo recordes de vendas a cada mês", disse. As entregas para as revendedoras são feitas a cada dois meses, mas segundo ele, não há fila de espera pelos produtos da empresa.

Crédito escasso acentua a concentração na soja – Valor Econômico – Agronegócios - 10/07/2008

A rentabilidade positiva que já se projeta para a produção de soja na safra 2008/09 não tem sido motivo de comemoração generalizada no mercado. Em virtude das dificuldades de financiamento para a compra de insumos, muitos produtores deverão ficar fora do mercado, abrindo mão do plantio em favor de produtores de maior porte, com mais poder de fogo.

O movimento de concentração da produção de soja nas mãos de um número menor de produtores repete o fenômeno observado na safra 2005/06. É o mesmo movimento, mas por motivos distintos. Naquele ciclo, produtores de menor porte abriram mão de suas áreas - com arrendamento ou mesmo venda de terras - porque os custos estavam superiores ao rendimento obtido com o grão.

No Mato Grosso, para a safra 2008/09, espera-se rentabilidade média de pelo menos US\$ 200 por hectare - a média no Estado na safra 2007/08 ficou entre US\$ 100 e US\$ 200. "O produtor vai esperar até a última hora para ver se consegue alternativa para plantar, mas a situação está difícil", afirma Glauber Silveira, presidente da Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Aprosoja).

O Estado tem cerca de 6 mil produtores de soja - a conta exclui a agricultura familiar. Nos últimos três anos, mais de 10% dos produtores simplesmente saíram do mercado, segundo a Aprosoja. A situação é particularmente forte no oeste do Mato Grosso. Em Campos de Júlio, por exemplo, havia 140 produtores há três anos. Hoje, são 86.

São duas as razões principais para a aceleração da concentração do plantio nas mãos de menos produtores, diz André Pessôa, diretor da Agroconsult. A primeira é a redução do crédito para a compra de insumos ofertado pelas tradings. Com a alta do preço internacional da soja, as tradings tiveram que direcionar mais recursos para cobrir margens de suas operações de hedge na bolsa de Chicago.

Como não têm dinheiro para bancar os gastos com insumos, os produtores têm ficado com receio de não conseguir comprá-los. "No ano passado, o produtor gastou US\$ 600 por hectare para ganhar algo entre US\$ 100 e US\$ 200. Agora, o custo está em US\$ 950, e a rentabilidade deve ser parecida. É um risco muito grande", diz Pessôa.

A situação é mais preocupante no Mato Grosso porque, no Estado, cerca de 90% do financiamento é feito pelas tradings. Segundo a Aprosoja, até agora apenas 3% da soja da safra 2008/09 já foi vendida. Na mesma época de 2007, o volume já havia atingido 60%.

Ainda há soja disponível para comercialização no Mato Grosso da safra 2007/08, mas o volume, de pouco mais de 1 milhão de toneladas, representa menos de 8% da produção total. Com isso, o preço da saca de soja em Sorriso (MT), que, nesta época de 2007, equivalia a 70% do preço praticado em Paranaguá (PR), já está próximo de 80%, de acordo com Eduardo Godoi, analista da Agência Rural.

Os produtores que ainda têm soja para vender teriam potencial para financiar seu próprio plantio, mas mesmo essa possibilidade é limitada. "Os mesmos produtores que têm soja agora também venderam quase tudo antecipadamente", diz Pessôa. "Falta dinheiro no sistema". (PC)

Para agricultura familiar, pacote de crédito é pouco – Adriana Fernandes e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 13/07/2008

O governo reforçou a agricultura familiar como arma no combate à inflação, mas a elevação do custo de produção ameaça o "choque de produtividade" prometido pelo presidente Lula. O aumento do crédito não acompanhou a alta vertiginosa dos fertilizantes, transportes e da energia e a pressão sobre os preços dos alimentos não deve ser aliviada no curto prazo por esse caminho.

Com realidades muito distintas em todo o País, a agricultura familiar também esbarra em velhos problemas: falta de assistência técnica para a transmissão de novas tecnologias, atravessadores e dificuldades na hora de oferecer garantias para os empréstimos.

Incluído na lista de problemas "estruturais" da agricultura, o preço dos insumos agrícolas é hoje o maior motivo de preocupação e de desestímulo para produzir mais. "A melhor coisa que existe é lançar pacote. Mas o grande problema da agricultura, que é o preço dos fertilizantes, não foi atacado pelo governo no conjunto de medidas anunciadas pelo presidente", reclama o agricultor familiar Genésio Muller, de Planaltina, no Distrito Federal. Ele avisa que vai reduzir a área plantada.

Um dos maiores especialistas em agronegócios do País e sócio da consultoria MB Associados, o economista José Roberto Mendonça de Barros avalia que o aumento do custo de produção é sério e deve perdurar. "Esse problema o pacote de crédito não vai resolver",

diz. Para ele, o maior desafio do governo com o programa será levar tecnologia e crédito aos produtores familiares que produzem em condições de quase subsistência - situação distante dos agricultores familiares que têm produção integrada com empresas agropecuárias, como de frangos, suínos e leite. “São dois grupos muito diferentes. É esse segundo grupo que produz a maior parte dos alimentos”, ressalta Mendonça de Barros. Ele não bota fé na capacidade de a agricultura familiar elevar rapidamente a produção em grandes volumes e com custos baixos para ajudar no combate da inflação. Mas o economista avalia que o governo está no caminho certo em dar apoio ao setor: “A idéia é generosa, mas sou cético”.

SEM TÍTULOS - Outros entraves emperram o desenvolvimento da agricultura familiar. O fundiário é um deles. Muitos agricultores não têm a titularidade da propriedade. Sem a terra para oferecer como garantia real, o agricultor tem dificuldades de obter o financiamento de tratores e máquinas agrícolas com descontos de até 17,5%, o grande chamariz do programa “Mais Alimentos”, lançado pelo presidente no início do mês.

Só em Mato Grosso, cerca de 130 mil pequenos produtores rurais, entre posseiros, arrendatários e assentados da reforma agrária, devem ficar sem crédito, argumenta o deputado Eduardo Moura (PPS-MT).

O vice-presidente de agronegócios do Banco do Brasil (BB) e ex-ministro da Agricultura, Luis Carlos Guedes Pinto, prevê que o programa não vai trazer novos clientes da agricultura familiar para o banco. “A nossa expectativa é que a maioria das pessoas que demandará esse crédito já é cliente”, diz. O BB atende a 1,5 milhão de produtores com contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que prevê aumento em 3 anos de 18,6 milhões de toneladas pela agricultura familiar, hoje responsável por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 70% dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros.

Confiante no sucesso do programa, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, reconhece que a alta da inflação ajudou a dar mais visibilidade, dentro e fora do governo, à agricultura familiar. “Era um setor invisível, associado ao atraso e à falta de produtividade”, afirma.

Embora reconheça que esses agricultores estejam muito distantes da “fronteira de produtividade”, o ministro diz que os economistas estão errados em não terem dado até agora a importância que o setor merece para o controle dos preços dos alimentos. “É hora de olhar o País real.”

Para combater outro problema dos agricultores - a redução da renda devido ao peso dos atravessadores -, o ministro pretende criar centros populares de venda dos produtos nos centros urbanos, num modelo semelhante às farmácias populares.

A expectativa do governo de um choque rápido de produtividade é questionada até por aliados históricos do Planalto. “Leva tempo para se chegar ao nível tecnológico que o governo quer. Não dá para fazer uma revolução da noite para o dia”, diz o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos. Para o gerente-geral da unidade de transferência de tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), José Roberto Rodrigues Peres, a “chave” do sucesso do programa estará concentrada no combate a pontos de “estrangulamento” da atividade agrícola, entre eles a assistência técnica e a extensão rural.

Nem todos são como os Kubota – Adriana Fernandes e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 13/07/2008

Escolhida como símbolo da agricultura familiar no Brasil, a família de origem japonesa Kubota, que recebeu há duas semanas o presidente Lula no lançamento do programa “Mais Alimentos”, tem na vizinhança produtores rurais que terão mais dificuldade de responder ao chamado do governo para dar um choque de produtividade e aumentar a produção nacional.

- [Veja galeria de fotos sobre a região de Brazlândia-DF](#)

Bem em frente à chácara em Brazlândia, cidade do Distrito Federal onde a família Kubota planta hortaliças e frutas, o agricultor Jailson José das Neves produz leite e planta cana para alimentar o gado. Mas nunca teve acesso ao crédito mais barato do Pronaf e ao auxílio técnico da Emater. Dono de 18 cabeças de gado, ele também não é aceito no programa Bolsa-Família. Com uma renda mensal de cerca R\$ 700, obtida com a venda do leite, Jailson diz que vive com dificuldades na Chácara Ouro Preto, ao lado da esposa Dilma e de três filhas. “As condições não dão para melhorar a produção.” Ele admite, porém, que também nunca teve a iniciativa de ir atrás do crédito do Pronaf. “Nunca procurei”, diz ele, revelando um dos maiores problemas do programa: a falta de estímulo para melhorar. Do outro lado da chácara-modelo dos Kubota mora a família de Geovani Perius. Com uma produção mais organizada, o agricultor gaúcho alterna a plantação de verduras. Produz cerca de 6 mil caixas por ano.

A família tem auxílio da Emater e crédito de custeio e investimento do Pronaf. O produtor e a esposa, Tarsília, se animaram com o programa do governo, que dá descontos na compra de tratores e maquinário agrícola. Mas, quando descobriram que é preciso dar garantias, viram que será mais difícil do que parecia modernizar a produção. “Noventa por cento dos produtores daqui não têm como dar garantia real”, diz Perius.

É que Perius, Jailson, a família Kubota e a maioria dos produtores da região não têm a titularidade da terra. Só quem tem outro bem para oferecer, como a família Kubota, que financiou um trator de R\$ 68 mil, terá acesso à nova linha. “Quem vai querer um carro desses como garantia?”, aponta o produtor para a caminhonete velha estacionada no galpão.

'Setor está longe da produtividade' – Fabíola Salvador e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo -Economia e Negócios - 13/07/2008

Em meio ao processo de alta de preços dos alimentos, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, mobilizou rapidamente o discurso de combate à inflação em favor da agricultura familiar. Com base em dados compilados por sua assessoria econômica, o ministro levou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um estudo que aponta a agricultura familiar como responsável pela produção de dois terços dos produtos que são medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Conseguiu o apoio do presidente e da equipe econômica e mais visibilidade para o setor. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Até agora só a agricultura empresarial tinha peso. O que mudou? Existe um

acerto de contas a ser feito entre a sociedade e a agricultura familiar. Ela foi condenada durante décadas a uma invisibilidade injustificável. Os governos desconheciam sua força. Nunca se considerou que é um setor econômico muito relevante. São essas famílias que produzem 70% de tudo aquilo que consumimos.

A inflação foi a salvação da lavoura para o setor? Foi, ainda que por uma via meio atravessada. Ela pode crescer em todo o País, inclusive nas regiões menos desenvolvidas. Os sujos, feios e malvados não são nem tão sujos nem tão feios. Se você olha o IPCA, 25% são alimentos e boa parte é majoritariamente da agricultura familiar. Esse dado acendeu a luz dentro do governo. Opa! É esse pessoal que produz mais de dois terços do IPCA.

Mas esses dados são confiáveis? Sim. Fazer reunião com a Dilma (Rousseff, ministra da Casa Civil) não é mole. Em 2003, quando se fez um esforço para estabilizar a economia e garantir superávit, a agricultura empresarial foi muito importante. Hoje, existem US\$ 200 bilhões em reservas, e o que está impactando a inflação é o feijão, o leite, o arroz, a mandioca e o milho. Um dia, o presidente Lula chamou a mim, o Guido (Mantega, ministro da Fazenda) e o Reinhold (Stephanes, ministro da Agricultura) e pediu que pensássemos como enfrentar essa situação, que é grave. Tenho o compromisso de produzir mais para baixar a inflação. Mas a agricultura familiar está muito distante da fronteira de produtividade.

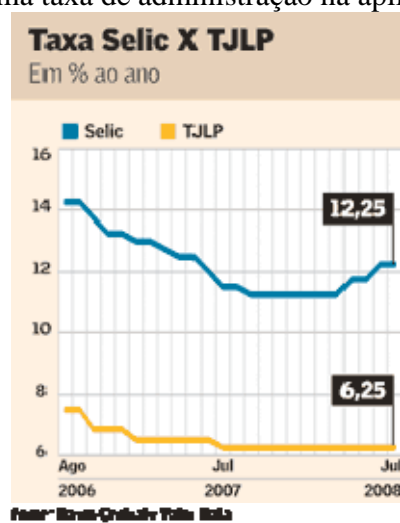
Houve surpresa com esses dados? Foi interessante mostrar ao governo que precisamos de uma estratégia de resposta rápida. Não adianta continuar produzindo um balaio de soja ou qualquer outra coisa, que não vai impactar os preços. Nos interessa produzir arroz, feijão, frango e leite. Por um conjunto de fatores, essa é uma crise longa. Ela não vai se esvaír em quatro ou cinco anos. Os preços dos produtos agrícolas ancoraram num patamar superior.

O custo de produção aumentou mais que a oferta de crédito. O problema dos fertilizantes é sério. O Brasil, de forma irresponsável, anos atrás deixou de intervir nesse mercado, de produzir. Hoje, os preços sobem muito. O preço dos fertilizantes é elemento de desestímulo à produção agrícola, uma dificuldade. Não tem como dizer que não. Nós simplificamos o Pronaf e ampliamos os limites de financiamento, o que ajuda, em parte, a enfrentar esse problema. Mas os preços não devem subir muito mais.

O repasse de tecnologia é outro problema? O sistema nacional de assistência técnica foi destruído no governo Collor. Há problemas clássicos. É irresponsável você oferecer crédito sem assistência técnica. O governo também está repassando recursos para reestruturar as Emater. Queremos contar com 30 mil técnicos no campo.

A falta de garantias não é um problema? O agricultor pode penhorar a safra ou um animal. Ele também pode pegar um aval de alguém ou de um vizinho. A gente tem que ter cuidado com o crédito. Se ele quiser um trator, precisa ter capacidade de pagamento. Não quero minimizar, mas acho que esse problema não vai comprometer as metas do programa, que é entregar 60 mil tratores. ***Quem é: Guilherme Cassel** - Cursou Engenharia Civil e fez pós-graduação em Recursos Humanos - Agente fiscal do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, foi subsecretário da Fazenda de Porto Alegre e subchefe da Casa Civil do governo gaúcho - Foi secretário-geral do governo do Rio Grande do Sul e chefe de gabinete do vice-governador Miguel Rossetto.

O que você faria se tivesse a chance de pegar dinheiro emprestado a 6,25% ao ano e pudesse aplicar esses recursos a 12,25%? Os bancos, que são pródigos em encontrar distorções para ganhar dinheiro, já descobriram que, com a alta da taxa básica de juro do país, a Selic, o diferencial entre o juro cobrado pelo BNDES nos financiamentos e o rendimento das aplicações cresceu. E estão estimulando seus clientes a fazer a arbitragem, ganhando duas vezes: com o "spread" cobrado no repasse do financiamento do BNDES e com uma taxa de administração na aplicação financeira.



Não há nada de irregular no procedimento, desde que os recursos tomados no banco de desenvolvimento sejam efetivamente aplicados em investimentos, como expansão de uma fábrica ou a compra de um equipamento. O que acontece agora, segundo explicou um executivo de banco, é que muitas empresas estão capitalizadas, especialmente aquelas que foram às bolsas no último ano e meio e fizeram aumentos de capital prometendo aos seus acionistas investir esse dinheiro para crescer. A princípio, esses investimentos seriam feitos com os recursos captados. "Mas, com o diferencial de taxa, vale a pena recorrer ao BNDES e aplicar os recursos num CDB (Certificado de Depósito Bancário) que rende 105% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro)", explicou.

Em operações de até R\$ 10 milhões, os empréstimos do BNDES são feitos via agentes repassadores, que cobram um "spread" e assumem o risco do negócio. A maior parte das linhas do BNDES é corrigida pela Taxa de Juro do Longo Prazo (TJLP), que desde julho do ano passado está estável, em 6,25% ao ano. Sobre esse percentual são somados o "spread" do banco repassador, o do BNDES e uma taxa de risco de acordo com o tomador - no máximo quatro pontos percentuais. Na prática, isso quer dizer que a linha de financiamento custa para o tomador no máximo 10,25% ao ano, para um cliente com maior risco, em comparação com quase 13% obtidos em um CDB. E é de se imaginar que empresas capitalizadas, como as que abriram o capital recentemente, não tenham risco elevado (exceção às Agrenco da vida, claro).

Diferença entre taxas estimula arbitragem

O que parece um contra-senso nessa história toda é que empresas capitalizadas estejam recorrendo ao BNDES justamente quando o banco de desenvolvimento tem uma restrição de orçamento. Há um descompasso maior entre as operações aprovadas pela diretoria do banco e os desembolsos, o que indica uma demanda superior à capacidade de atendimento. Em outras palavras, o BNDES ainda não tem dinheiro para atender todo mundo e é possível que recorra à venda de ações de sua carteira para ter recursos para emprestar. Para 2008, a expectativa é que o total de desembolsos alcance R\$ 80 bilhões, em comparação com R\$ 64,9 bilhões no ano passado.

Consultado, o BNDES informou que faz o acompanhamento dos empréstimos e fiscaliza o uso dos recursos. "O banco toma todas as precauções para que o dinheiro não seja usado em outra finalidade", informou a instituição, ressaltando que em empréstimos para aquisição de máquinas, por exemplo, os recursos são depositados diretamente na conta dos fabricantes dos equipamentos, na maior parte dos casos. Algumas dessas regras de fiscalização foram aperfeiçoadas depois da quebra do Banco Santos, quando se descobriu que a instituição fazia repasses de linhas do BNDES em valores muitas vezes superiores ao do investimento do cliente e exigia dele uma contrapartida para liberar os recursos: a aplicação de uma parte do dinheiro em debêntures de empresas do Santos ou em CDBs do próprio banco.

Agora, as operações de arbitragem oferecidas pelas instituições financeiras aos seus clientes não têm nada de irregular, embora possam soar como "imorais": as empresas têm dinheiro e decidem recorrer a linhas subsidiadas, cujo "funding" vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por exemplo, para ganhar mais com o diferencial de taxas.

O encarecimento das linhas do BNDES poderia ser um obstáculo à especulação. Mas engana-se quem crê que o aumento da TJLP é a única saída. Nos últimos meses, com a limitação dos recursos para empréstimos, o BNDES já vem evitando usar a TJLP como parâmetro para todos os financiamentos, preservando-a para os chamados "usos nobres", como os investimentos em infra-estrutura, criação de nova capacidade industrial e inovação. Para usos considerados "menos prioritários", tem-se optado por um mix de indicadores: 70% de TJLP e 30% de IPCA, por exemplo, ou cestas de moedas. A medida, diz um executivo de banco, realmente ameniza a especulação com arbitragem de taxas, mas não é suficiente.

"Não tem jeito. Sempre que há subsídio, há espaço para distorções", diz o executivo financeiro. Segundo ele, o diferencial de taxa básica e da TJLP já foi até maior do que a atual no passado. Em agosto de 2006, por exemplo, 6,75 pontos percentuais separavam os dois indicadores. "A diferença é que, naquele momento, as empresas não estavam tão capitalizadas. A maior parte delas tinha mesmo de recorrer ao BNDES para obter os recursos necessários à expansão", explicou, ressaltando que o atual ciclo de crescimento econômico começou primeiro com as empresas exportadoras, estimuladas pela expansão mundial e pela taxa de câmbio favorável naquele momento, e só depois houve uma aceleração da demanda interna.

***Raquel Balarin é editora especial em São Paulo. Cristiano Romero, titular da coluna às quartas-feiras, está em férias**

Governo fará acordo com bancos para cortar crédito de desmatadores – Paulo de Tarso Lyra - Valor Econômico – Agronegócios - 16/07/2008

O governo vai assinar, no dia 1º de agosto, protocolo de intenções com bancos públicos e privados para que não sejam concedidos financiamentos para empreendimentos não-sustentáveis ambientalmente. A medida foi antecipada ontem pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, durante o anúncio dos números do desmatamento no país no mês de maio. Segundo Minc, as empresas que comprovarem a sustentabilidade ambiental vão dispôr de juros mais baixos.

Os cinco bancos públicos - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Basa, BNB e BNDES - já confirmaram a adesão ao "pacto dos bancos". Minc disse que outros quatro bancos privados também vão participar da iniciativa, mas não divulgou os nomes.

Para o ministro do Meio Ambiente, não adianta apenas punir quem desmata, porque, sem alternativas econômicas, o infrator passará de uma área para outra e seguirá desmatando da mesma forma. "Hoje é mais barato desmatar do que preservar uma área", afirmou Minc. "O cara não paga pela terra, porque ela é grilada, não paga imposto e ainda não paga a multa. Enquanto for mais viável economicamente, ele vai continuar desmatando."

Além do corte do crédito, o governo vai regulamentar, no próximo dia 22, os chamados "crimes ambientais", dando ao Ibama o poder de vender diretamente, sem intermediação da Justiça, os produtos e bens apreendidos de produtores que devastam a Amazônia, poder que já é concedido atualmente à Receita Federal.

Minc anunciou ontem o desmatamento de 1.096 quilômetros quadrados na Amazônia durante o mês de maio, ante 1.222 quilômetros quadrados em maio do ano passado. Em abril, o desmatamento foi de 1.123 quilômetros quadrados. No início do ano, o Ministério do Meio Ambiente, ainda comandado pela ministra Marina Silva, estimava que o desmatamento na região poderia atingir os 14 mil quilômetros quadrados em 12 meses.

O resultado divulgado ontem ficou um pouco abaixo disso, em torno de 12 a 13 mil quilômetros quadrados. "Essa queda não é algo para nos deixar esfuziantes, pois o desmatamento ainda é muito grande. O nosso objetivo é que não haja nenhum tipo de desmatamento ilegal na Amazônia", afirmou o ministro.

Minc disse que o atraso na divulgação dos dados do desmatamento de maio - previstos inicialmente para serem anunciados em junho - nada tem a ver com qualquer disputa entre o ministério e a Casa Civil. O atraso chegou a ser apontado por alguns integrantes do setor como um sinal de receio da Casa Civil em divulgar números desfavoráveis ao governo. "É melhor expor um problema do que ocultar um dado. É uma grande burrice do setor público achar que está livre das críticas simplesmente por ocultar uma informação", afirmou o ministro.

Minc disse que o atraso na divulgação foi provocado pela adoção de uma metodologia mais precisa. Agora, além do que se denomina corte raso (devastação completa com a terra pronta para a pastagem ou o plantio dos grãos), os satélites nacionais e japoneses (outra novidade da pesquisa, já que ele é capaz de "driblar" as nuvens) também detectam gradações nos desmatamentos, mostrando três níveis: floresta degradada alta, floresta degradada moderada e floresta degradada leve. O ministro brincou, afirmando que, com essas classificações, acabaram as reclamações e divergências entre o Ministério do Meio Ambiente e o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (PR). "Acabou a guerra de dados com os governadores, que reclamavam que nós mostrávamos como a mesma coisa

algo que na verdade era diferente. Pelo menos nisso, temos de admitir que Maggi estava com a razão", disse o ministro. Pelo levantamento, 59,5% da região foi vítima de corte raso, 23,2% de degradação alta, 4,9% de degradação moderada e 0,6% de degradação leve. Outros 11% de território analisado não tiveram desmatamento comprovado.

Cartilha orienta agricultor para renegociação de dívidas – Sítio Eletrônico do MDA – 17/07/2008

A Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) colocou à disposição dos agricultores familiares uma cartilha com orientações para a renegociação de dívidas de crédito rural da agricultura familiar, beneficiários da Reforma Agrária e do Programa de Crédito Fundiário.

A cartilha também orienta instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural, assim como as organizações da sociedade civil que acompanham esse público e que, por essa razão, podem cumprir um papel importante na divulgação das informações e orientações às famílias beneficiadas. No site www.mda.gov.br/saf, está disponível um banner que dá acesso direto à cartilha, assim como a outros documentos importantes para a consulta dos agricultores familiares como leis e resoluções e, ainda, termo de adesão.

As informações valem para os seguintes tipos de dívidas rurais: Proceara, Pronaf, Dívida Ativa da União, Crédito Fundiário, Programa de Aquisição de Alimentos e outros programas dos Fundos Constitucionais voltados para mini, pequenos e médios produtores, inclusive alguns grupos já tratados na Lei 11.322, de 2006.

A coordenadora de crédito da SAF/MDA, Letícia Mendonça, ressalta que dívidas de outros programas de financiamento (Funcafé, Securitização I e II, Proger Rural, etc) não são tratadas nessa cartilha, ainda que também sejam objeto da MP 432.

Prazo - A maior parte das medidas tem prazo de adesão até o vencimento da parcela de 2008 ou até 30 de setembro de 2008, dependendo do que ocorrer antes. A negociação antes do vencimento da parcela de 2008 permite que se negocie com mais vantagens, na condição de adimplente, e, portanto, com direito a mais descontos. Porém, os inadimplentes também devem se manifestar até a data limite de 30 de setembro de 2008 para poderem renegociar as condições da dívida vencida. "Por isso, até essa data é essencial fazer com que as informações cheguem até as famílias que podem ser beneficiadas", alerta Letícia.

A coordenadora explica que para a renegociação é preciso preencher o pedido de adesão e entregar no banco formalmente, isto é, exigindo do banco algum documento que fique com as famílias agricultoras para que essas comprovem que fizeram a adesão dentro do prazo.

Votação de MP de dívidas rurais ficará para agosto – Valor econômico – Agronegócios
- 17/07/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, considerou ontem "uma irresponsabilidade" a Câmara dos Deputados não votar a Medida Provisória (MP) 432, que trata do endividamento agrícola, antes do recesso parlamentar, que começa amanhã. No início da tarde de ontem, os parlamentares da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e membros do setor produtivo se reuniram para discutir os rumos da negociação sobre o endividamento, mas não houve consenso, informou a assessoria da comissão. O relator da MP 432, que trata da renegociação de R\$ 75 bilhões de dívidas dos produtores, deputado Luiz Carlos Heinze (PP/RS), reuniu-se com o assessor especial da Fazenda Bernardo Appy para tratar do relatório final e "avançar em pontos pendentes".

Na visão do presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), o adiamento para agosto da votação da MP 432, que institui medidas para estimular o pagamento das dívidas, é a melhor alternativa para o setor. Segundo ele, é possível buscar alguns avanços que não foram conseguidos até agora. "O empenho de todos os membros da Comissão de Agricultura será em buscar avanços junto ao Executivo para fechar esse ciclo de negociações com as melhores condições possíveis". O ministro Stephanes, que participou ontem do Seminário Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável, em Brasília, disse que a renegociação da dívida "é um grande benefício para a agricultura e para o agricultor brasileiro e espero que ninguém queira ser mais realista que o rei, por razões políticas, votando contra". Os comentários do ministro foram feitos antes de a comissão de agricultura decidir pelo adiamento da votação da MP. **(Com Agência Brasil)**

Governo deve ampliar plano de renegociação - Mauro Zanatta – Valor econômico –
Agroengócios - 18/07/2008

O governo deve ampliar o pacote de renegociação das dívidas aos produtores e adotar medidas para proteger a carteira de crédito rural dos bancos. O relator da MP da repactuação dos débitos, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), afirmou ter chegado a um consenso com o Ministério da Fazenda para a edição das novas regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) ainda neste mês. Pelo acordo preliminar, segundo Heinze, o governo aceitaria conceder um prazo adicional de dois anos para o pagamento das operações de custeio prorrogado em safras anteriores no Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Além disso, seriam beneficiados outros 100 municípios do Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina com situação de emergência ou calamidade reconhecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Para atender aos bancos, o governo também editaria normas que evitariam o rebaixamento da classificação de risco dos produtores que renegociarem as dívidas. A queda no "rating", fixada pelo Acordo da Basiléia, afeta a carteira de crédito e eleva o risco dos bancos. "As rolagens também não afetariam os limites de crédito dos produtores", diz Heinze. Pelo acordo, os bancos poderiam rolar até 60% das operações de investimentos em cada Estado (hoje limitada a 30%). Também haveria aval para novos empréstimos de investimentos em solos, irrigação e pastagens.

Segundo Heinze, seu relatório aumentará de cinco para dez o prazo para saldos inadimplentes no Pesa, securitização, Funcafé e cacau, além da dívida ativa da União. Os juros cairiam de Selic para 6,75% ao ano e haveria bônus de 30% a 45% sem a multa de 20%.

Plano Safra destina R\$ 2,6 bilhões para agricultura familiar do Rio Grande do Sul – Sítio Eletrônico do MDA – 23/07/2008

Os agricultores familiares do Rio Grande do Sul receberão oficialmente nesta sexta-feira (25) R\$ 2,6 bilhões em recursos do Plano Safra Mais Alimentos 2008/2009. O valor é 8% superior aos R\$ 2,4 bilhões destinados ao estado na safra passada. A solenidade de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009 será realizada às 15h na Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, e contará com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Para esta safra, serão destinados R\$ 1,94 bilhão para os financiamentos de custeio e mais R\$ 669 milhões para os de investimento. Na safra anterior, o Governo Federal disponibilizou R\$ 1,78 bilhão para custeio e R\$ 618 milhões para investimento.

A principal novidade deste ano é a linha de crédito Mais Alimentos, que possibilita financiamentos de até R\$ 100 mil por família com três anos de carência, prazo de 10 anos para pagar e juros de 2% ao ano. “Esta nova linha de crédito é um passo importante para que os agricultores familiares possam modernizar a sua propriedade. Nossa meta é garantir, com essa modernização, um aumento acelerado na produção de alimentos, garantindo segurança aos brasileiros”, diz o ministro Guilherme Cassel.

Outra novidade foi a simplificação das medidas da operacionalização do crédito rural. As linhas C, D e E do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram agrupadas em uma única categoria chamada Agricultura Familiar.

Além disso, as taxas de juros foram reduzidas. Por exemplo, nos financiamentos de custeio, as taxas ficarão entre 1,5% e 5,5% ao ano. Antes eram de 3% a 5,5% ao ano. As operações de investimento também tiveram queda nos juros, passaram de 2% a 5,5% ao ano para 1% a 5% ao ano.

Mais Alimentos para combater a crise - Com a implantação do Mais Alimentos, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Plano Safra ganha mais apoio para responder à crise internacional do preço dos alimentos, com mais recursos para o plantio da próxima safra e estímulos especiais (crédito, seguro, assistência técnica, comercialização) para a produção de alimentos essenciais da cesta básica nacional.

O Mais Alimentos pretende aumentar a produção e a produtividade da agricultura familiar no Brasil. A meta é acrescentar, a partir de 2010, 18 milhões de toneladas/ano à produção dos principais alimentos pela agricultura familiar no País. “Isto equivale, hoje, a dois meses e meio de abastecimento de todo o país”, explica Cassel.

Com recursos na ordem de R\$ 6 bilhões, a nova linha de crédito se destina àqueles agricultores familiares que buscam aumentar de imediato a produtividade, mas com pagamento de financiamento a longo prazo. O objetivo é a reestruturação da produção. Com isso, os agricultores familiares terão mais acesso a implementos e tratores de pequeno porte, por exemplo.

Empresas gaúchas de máquinas - Ainda nesta sexta-feira, o ministro Guilherme Cassel e o delegado federal do MDA/RS, Nilton Pinho de Bem, receberão representantes de fábricas de tratores, máquinas e implementos agrícolas do estado. As empresas querem aderir ao Programa nos moldes do acordo firmado com os fabricantes nacionais, que garante descontos de 11,5% a 17,5% na aquisição de maquinários. “Quanto mais empresas participarem trazendo suas ofertas, melhor. É um sinal de que o programa além de atender as necessidades dos agricultores familiares também abre espaço para ampliar as vendas dos fabricantes”, defende o delegado. Em todo o País, a meta, até 2010, é que a agricultura familiar conte com 60 mil novos tratores e 300 mil implementos e máquinas agrícolas.

Capacitação em créditos do Pronaf e da Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MDA – 25/07/2008

Novas capacitações para técnicos das entidades de assistência técnica e extensão rural, representantes de instituições financeiras e outros profissionais envolvidos com os créditos da reforma agrária e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) serão realizadas a partir do dia 29 de julho. A atividade é promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio das secretarias de Agricultura Familiar (SAF), de Reordenamento Agrário (SRA) e de Desenvolvimento Territorial (SDT), além do Incra e das delegacias federais do Desenvolvimento Agrário. Na Bahia, o curso será realizado de 29 a 31 de julho, em Salvador, no bairro Jardim Armação; em Mato Grosso do Sul, de 5 a 7 de agosto, no auditório do Centro de Capacitação e Pesquisa (Cepaer), em Campo Grande. Outros estados já confirmados são Amapá (12 a 14/08), São Paulo (19 a 21/08), Maranhão (20 a 22/08) e Mato Grosso (26 a 28/08).

O técnico do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção Rural da SAF/MDA, José Feldkircher, destaca a importância da assistência técnica, da formação e da capacitação dos técnicos. “Dessa forma, eles podem melhor assessorar as famílias na definição e implantação de bons projetos produtivos viáveis na busca do desenvolvimento econômico e social”, explicou.

A programação do curso prevê discussões de temas como normas de utilização dos créditos; os créditos como instrumento de desenvolvimento; assistência técnica e extensão rural na reforma agrária; mecanismos de comercialização na agricultura familiar; elaboração de projetos técnicos; normas de crédito e assistência técnica e extensão rural; portarias publicadas para a reforma agrária; normas internas dos bancos para a elaboração e análise de projetos; licenciamento ambiental; e apresentação de experiências bem sucedidas.

Governo anuncia R\$ 1,7 bilhão para pesca - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Agronegócios - 28/07/2008

Depois de cinco anos e meio da criação da pasta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia amanhã, em Salvador, o Plano Nacional da Pesca. É a primeira grande ação para o setor, com investimentos de R\$ 1,7 bilhão ao longo dos próximos quatro anos e mais linhas de crédito de R\$ 1 bilhão/ano até 2011. Na mesma solenidade, Lula vai anunciar que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca será transformada em Ministério. Uma reunião final para acertar os detalhes está prevista para hoje, em Brasília.

Para o ministro da Pesca, Altemir Gregolin, a transformação da Secretaria em Ministério servirá para sinalizar aos empresários do ramo que o governo pretende, de fato, ter para o setor em uma política de Estado. "Eu estimo que isso possa gerar, ao longo dos próximos quatro anos, investimentos do setor privado na ordem de R\$ 3 bilhões", calcula o ministro. Quando assumiu em 2003 e resolveu criar a Secretaria, Lula foi bastante criticado mas defendia a necessidade de investir num setor abandonado. De lá para cá nada foi efetivamente realizado.

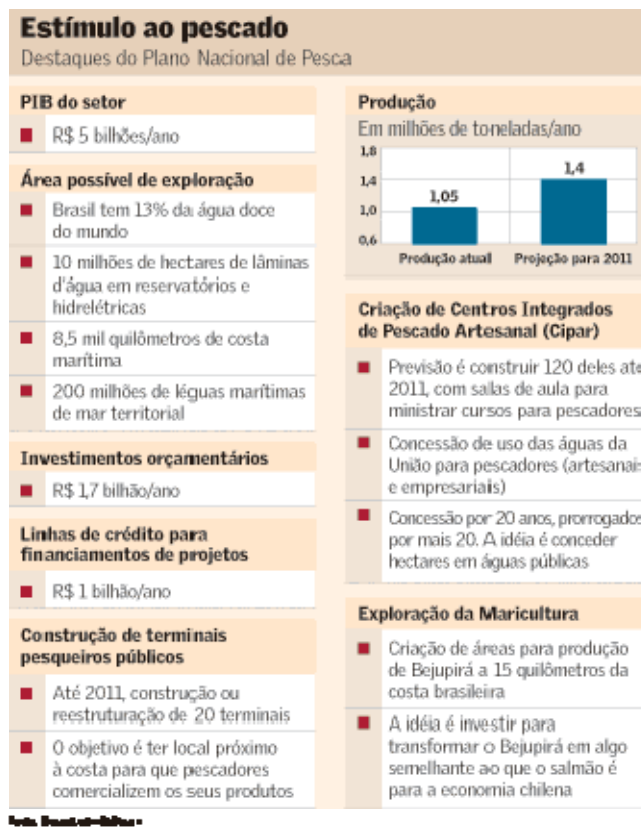
Gregolin aposta que, até 2011, a produção de pescado no país poderá crescer aproximadamente 40%, passando dos atuais 1,050 milhão de toneladas/ano para 1,4 milhão de toneladas/ano. Dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) projetam para 2030 um aumento de consumo de pescado percapita, passando dos atuais 16,6 quilos pessoa/ano para 22,5 quilos pessoas/ano, o que significa a necessidade de um aumento de mais de 100 milhões de toneladas de pescado para suprir essa demanda. "No Brasil, o consumo ainda está na faixa dos 7 quilos per capita/ano, dos quais 12% são importados. Vejam o mercado que temos a explorar", diz o ministro.

O plano que será anunciado amanhã prevê investimentos orçamentários na ordem de R\$ 1,7 bilhão até 2011, somados a outros R\$ 1 bilhão anuais em créditos e linhas de financiamento, especialmente para os pescadores artesanais.

Do total de 1,050 milhão de toneladas de pescados produzidas atualmente no Brasil, estima-se que 60% venham das redes dos 613 mil pescadores de baixa renda que atuam nos rios e mares brasileiros. "É muito linda a imagem romântica dos pescadores, retratadas nos livros de Jorge Amado, do cara valente que morre no mar. A realidade deles é muito mais dura e cruel", confirma um assessor do futuro Ministério da Pesca.

Para atender a esse público, serão criados os terminais pesqueiros públicos, sendo os principais localizados no Rio e em Salvador - o anúncio de Lula acontecerá no terreno da capital baiana onde será construído o futuro terminal. A idéia é que o pescado, um produto altamente perecível, seja revendido nesses terminais assim que chegar à terra firme. Serão grandes mercados, com uma variedade enorme de espécies para comercialização.

"Sem a figura do atravessador, que revende o produto para os grandes supermercados, o preço se tornará mais competitivo tanto para o produtor quanto para a população", explica um técnico do ministério. Da mesma forma que os pescadores mais simples terão mais chances de vender seus produtos, eles também serão qualificados em Centros Integrados de Pescado Artesanal (CIPARs), com salas de aula para que possam exercer com mais qualidade o seu ofício. E contarão com o Pró-Frota, uma linha de financiamento para troca de embarcações. Esse crédito já existia, mas foi engordado para R\$ 350 milhões, com juros de 7% a 12%, carência de três anos e outros quinze para quitação.



Mas o governo não lançará um plano voltado apenas para os pequenos produtores. O Executivo sabe que os pescadores artesanais não têm condições financeiras ou técnicas para realizar as pescas oceânicas, área na qual atuará os grandes empresários. Uma espécie já está sendo olhada como prioridade: o bejupirá.

A idéia do ministério é fazer com que ele represente para o Brasil a mesma importância econômica do salmão para o Chile. A diferença é que o salmão leva de 14 a 18 meses para atingir o ponto de abate, enquanto o bejupirá chega ao mesmo ponto em um período de oito a doze meses. "Creio que em três ou quatro anos teremos uma produção importante de bejupirá no país", declara Gregolin.

Outra novidade do plano será a concessão de uso de lotes em águas de hidrelétricas para criação de peixes, o que o Ministério chama de Tanques de pesca. Já foram feitas licitações nas águas de Itaipu e no açude de Castanhal (CE). No caso dos pescadores artesanais, para obtenção do título por 20 anos, prorrogáveis por outros 20, de posse são necessários a comprovação de renda baixa e do exercício da atividade de pescador. Para os grandes empresários, os lotes são alocados por um determinado valor. "Para os pescadores artesanais, é política pública. No caso dos grandes proprietários, trata-se de um bom negócio", justificou um assessor.

Produtor não tem acesso aos financiamentos oficiais - - Sítio Eletrônico da CNA - 29/07/2008

Apesar de o governo ter elevado a oferta de crédito para o campo na safra 2008/09, o produtor rural não consegue acessar os financiamentos de custeio e de investimento em decorrência da morosidade do setor público. O atraso na liberação do crédito deve impactar ainda mais no aumento dos preços dos insumos agrícolas, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Segundo a entidade, os produtores rurais não conseguem contratar os financiamentos, com taxa de juro de 6,75% anuais no Banco do Brasil porque o governo precisa autorizar a liberação da chamada equalização, a diferença entre a taxa de juro do crédito contratado e a da captação de recursos no mercado, a taxa Selic, nos atuais 13% anuais.

Para liberar a chamada equalização, o Conselho Monetário Nacional (CMN), constituído pelos ministérios da Fazenda, Planejamento e Orçamento e Banco Central, precisa publicar uma resolução, em que autoriza o Tesouro Nacional a arcar com a diferença de 6,25 pontos percentuais entre a taxa Selic e juros do crédito rural. "O Banco do Brasil não está liberando os recursos na espera da autorização dessa medida, pois o banco não quer conceder o empréstimo sem a garantia da resolução", disse o presidente da comissão nacional de crédito rural da CNA, Carlos Sperotto. A expectativa é de que a medida seja publicada em 31 deste mês, a próxima reunião do CMN.

O Banco do Brasil nega que a liberação de crédito agrícola esteja atrasada. Por meio da assessoria de imprensa, a instituição financeira declarou que suas agências estão autorizadas a antecipar os recursos até que o CMN publique a resolução. Sperotto, que engrossou o tom de voz, pediu para o BB mostrar a liberação dos recursos na prática. "Já que o Banco do Brasil está negando isso, então que ele libere o dinheiro. Que assumo isso na prática", defendeu, em entrevista à Gazeta Mercantil. "É preciso existir uma sintonia; que o Banco do Brasil justifique o que diz na ponta", complementou.

Entre os ministérios, ninguém assume a culpa do atraso da liberação do crédito. O Ministério da Fazenda, por meio de sua assessoria de imprensa, pediu para procurar o da Agricultura. Este disse que a responsabilidade é da Fazenda. "O Ministério da Agricultura já fez o pleito dele (aumento da oferta de recursos), agora o prazo para a liberação da medida é com a Fazenda", explicou o ministério da Agricultura, através da assessoria.

Para a nova safra, o governo anunciou valores de R\$ 78 bilhões, R\$ 13 bilhões acima da safra anterior. A idéia é elevar os recursos financeiros justamente para aumentar a oferta de produtos na praça e reduzir o impacto do aumento dos preços agrícolas que é puxado pelo o mercado externo. Do total de recursos, R\$ 65 bilhões são destinados a médios e pequenos agricultores, o que representa 20% do apurado na safra anterior.

Segundo Sperotto, o atraso dos recursos pode elevar ainda mais os preços dos produtos agrícolas, pois os produtores devem comprar os fertilizantes com valores maiores do que os atuais. Isso eleva ainda mais os custos agrícolas que teriam de ser repassados ao

consumidor, diz. Os produtores conseguem acessar o crédito, apenas, com juros de mercado, acima de 12%.

O presidente da comissão nacional de crédito rural da CNA lembra que o governo também não autorizou o fim da taxa flat de 4% que incide sobre os financiamentos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criada em 2004. O fim da taxa foi anunciada no plano agrícola, no início deste mês, para reduzir a taxa de juro nos empréstimos de investimentos no âmbito do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadoras (Moderfrota). A taxa incide em cada operação de crédito repassado para os outros bancos.

Segundo Sperotto, o fim da taxa foi estabelecida em uma emenda que será inserida na Medida Provisória 432, que trata do recém-pacote de renegociação de dívida agrícola. Disse que a emenda poderia ser autorizada tanto pela resolução do CMN como pelo trâmite no Congresso Nacional. Para ele, via Congresso Nacional a medida deve atrasar ainda mais porque os parlamentares estão em recesso.

Bancos financiam operações de custeio do Plano Safra 2008/09 – Sítio Eletrônico do MDA – 30/07/2008

A partir desta sexta-feira (1º), os bancos que atuam com o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) estarão aptos a iniciar a contratação de operações de custeio do Plano Safra Mais Alimentos 2008/09. As últimas medidas administrativas necessárias para o início das operações foram efetivadas nesta segunda-feira (28) com a publicação das portarias do Ministério da Fazenda que autorizam o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Cooperativo Sicredi (Bansicredi) e o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) a operar este crédito. O Banco da Amazônia (Basa), o Banco do Nordeste (BNB) e os bancos privados e estaduais que usam recursos dos Fundos Constitucionais e das exigibilidades bancárias já estavam operando com o Pronaf.

A contratação de operações de investimento, inclusive do Pronaf Mais Alimentos, será iniciada em 15 de agosto, tempo necessário para adequação dos sistemas dos agentes financeiros.

O Plano Safra Mais Alimentos destina R\$ 13 bilhões para financiamentos do Pronaf na safra 2008/2009. O diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, afirma que o início das contratações ocorre em época oportuna e muito antes do que ocorreu em anos anteriores. “A agilização das medidas foi determinada pelo Governo Federal como mais um esforço para assegurar que os financiamentos de custeio da safra 2008/09 sejam concedidos antes do período de plantio. Isso cria uma melhor condição para os agricultores negociarem o preço dos insumos e dos serviços que necessitam”, explica Guadagnin.

O diretor aconselha que, sempre e da melhor forma possível, os agricultores e agricultoras familiares e os técnicos da extensão rural procurem as agências para mais informações sobre o acesso ao crédito, prazos, condições. “Solicitar e obter financiamento é uma ação de negociação, de diálogo. Dialogar sempre ajuda, ainda mais quando se busca financiamento rural. Deve ser planejado e executado em parceria”, explica Guadagnin. Ele ressalta a importância de ações preparatórias, planejadas com a assistência técnica e extensão rural, movimentos sociais e bancos.

Mais assistência técnica - Na safra 2008/09 da agricultura familiar serão destinados para as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) R\$ 397 milhões, R\$ 229 milhões a mais que na safra anterior (R\$ 168 milhões em 2007/08). Além do aumento dos recursos, a rede no campo será ampliada de 20 mil para 30 mil técnicos, o que permitirá aumentar e melhorar a assistência a mais de 2 milhões assistidos pelas ações de Ater no País.

A assistência técnica para a agricultura familiar também receberá maior investimento em tecnologia e em pesquisa, o que permitirá aos agricultores familiares mais produtividade e renda com o desenvolvimento de processos produtivos sustentáveis. Isso será possível graças as parcerias entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) e as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emateres). Tecnologias existentes chegarão às propriedades e aos agricultores, aliando o conhecimento técnico ao conhecimento do agricultor.

Mais Alimentos - Entre as novidades do Plano Safra Mais Alimentos está o Pronaf Mais Alimentos, que disponibiliza R\$ 6 bilhões para investimento na infra-estrutura produtiva da propriedade familiar. O limite de crédito por produtor é de R\$ 100 mil, com prazo de até 10 anos para pagamento, carência máxima de três anos e juros de 2% ao ano.

O recurso pode ser destinado à compra de máquinas e equipamentos, correção do solo, irrigação e melhoria genética, entre outras finalidade. “Este é mais um incentivo à introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida dos agricultores familiares e à adequada defesa do solo e da água”, diz Guadagnin.

Coordenado pelo MDA, o Plano Safra Mais Alimentos vai ampliar a oferta de alimentos no País por meio do aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar. O Mais Alimentos alia financiamento e conhecimento para levar à agricultura familiar sistemas produtivos diversificados e sustentáveis. A meta é elevar em 18 milhões de toneladas/ano a produção da agricultura familiar.

BNDES liberará recursos pelas regras da safra 2007/2008 - Sítio Eletrônico da CNA - 31/07/2008

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou hoje (31/7) voto permitindo que as operações de investimentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a safra 2008/2008 sejam feitas de acordo com as regras vigentes na safra passada (2007/2008). Segundo o secretário-adjunto de Política Agrícola e Crédito Rural do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, estas normas valerão até que o banco repasse às instituições financeiras as circulares com os procedimentos de empréstimos para a próxima safra, o que dura aproximadamente três meses. Ele explicou que o objetivo é evitar que produtores rurais fiquem impedidos de tomar recursos.

No mesmo voto, o Conselho estipulou em quatro anos o prazo de financiamento de equipamentos usados no âmbito do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Para o Programa de Desenvolvimento Agroambiental (Prodeagro), o CMN definiu um limite de empréstimo de R\$ 750 mil para mutuários grupais. Antes, havia apenas o limite de R\$ 250 mil por produtor. Já em relação aos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com diferentes fontes de recursos, Gilson Bittencourt informou prevalecerá para os contratos a menor taxa de juros.

Na cafeicultura, o secretário disse que houve um ajuste em relação a um voto já aprovado pelo CMN neste ano, que altera de 2008/2009 para 2007/2007 a referência à safra para os preços mínimos dos cafés arábica e robusta. Ainda segundo Bittencourt, foi definido que o limite de R\$ 400 mil por produtor para custeio e colheita da safra 2007/2008 é válido tanto para o produto irrigado e sequeiro, uma vez que havia questionamentos em relação a este ponto. Questionado sobre a Política Geral de Preços Mínimos (PGPM) da cana-de-açúcar para a região Nordeste, o secretário respondeu que este assunto está em discussão no ministério, mas não deu previsão de quando será votado pelo CMN.

Em outro voto, foi aprovada a liberação de R\$ 3 bilhões para financiamentos e empréstimos a empresas de setores prejudicadas pelo câmbio, com receita bruta anual de até R\$ 300 milhões. Entre os beneficiados, tratores, colheitadeiras e frutas in natura e processadas. Este é um dos pontos da Medida Provisória 429, que trata do Fundo de Garantia para a Construção Naval.

MP 432 – Bittencourt informou que poderá haver uma reunião extraordinária do CMN caso o Congresso Nacional aprove a Medida Provisória 432, que trata da renegociação de R\$ 75 bilhões em dívidas rurais, após o retorno das atividades do Legislativo, na próxima semana. Ele disse algumas alterações na MP estão sendo discutidas com o relator da matéria, deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS). A MP 432 é o primeiro item da pauta do Plenário da Câmara dos Deputados.

Em nota divulgada ontem, o parlamentar afirmou que havia a expectativa de que o CMN aprovasse a ampliação de prazos para dívidas de custeio para produtores de Mato Grosso, Rio Grande do Sul e municípios onde foi decretado estado de emergência nas safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006. Além deste ponto, disse que o setor aguardava deliberação que desobrigava produtores a comprovar incapacidade de pagamento de débitos de operações de investimento.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

